



Anais da Assembléia

Nº 017

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE MARÇO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hernas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Jocelito Canto.

Atos da Presidência:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º, do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

LEI N° 11.353

DATA: 14 de março de 1996.

SÚMULA: Cria a "Região Administrativa do Médio Centro - Oeste do Paraná", conforme especifica.

Art. 1º - Fica criada a Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná, integrada pelos seguintes Municípios: Laranjeiras do Sul, Quedas do Iguaçu, Guaraniaçu, Virmond, Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu, Diamante do Sul, Saudade do Iguaçu, Sulina, Marquinho e Espigão Alto.

Parágrafo Único - Os Municípios que forem criados, na referida região, a partir da Sanção desta Lei, integrarão a Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná.

Art. 2º - Fica designada para a Sede da Região do Médio Centro-Oeste do Paraná o Município de Laranjeiras do Sul.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.03.96

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

LEI N° 11.354

DATA: 14 de março de 1996.

SÚMULA: Cria a Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná, conforme especifica.

Art. 1º - Fica criada a Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná, integrada pelos seguintes Municípios: Jussara, Cianorte, São Tomé, Terra Boa, Japurá, Indianópolis, Rondon, Guaporé, Cidade Gaúcha, São Manoel do Paraná, Tuneiras do Oeste e Tapejara.

Art. Fica designada para sede da Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná, AMENORTE, a Cidade de Cianorte.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.03.96.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1996

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vannoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

Sob o nº CTL/SEEG 060/96, da Senhora Governadora do Estado, em exercício, restituindo o Projeto de Lei nº 129/95, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti, Renato Adur, Nereu Moura e Cezar Silvestri. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº CTL/SEEG 061/96, da Senhora Governadora do Estado, em exercício, restituindo o Projeto de Lei Complementar nº 283/95, de autoria do Deputado Edno Guimarães. Ao conhecimento da Casa.

OFÍCIO N° 161/96

Curitiba, 18.03.96.

Senhor Presidente.

Servimo-nos do presente, para encaminhar relação dos representantes do Partido Democrático Trabalhista (PDT), junto às Comissões Permanentes desta Casa de Leis.

Certos de podermos contar com a sua especial atenção, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) VALDIR ROSSONI

COMISSOES PERMANENTES - INDICAÇÕES DO PDT

- 01 - Comissão de Constituição e Justiça
Membros Efetivos - Walmor Trentini
- Joel Coimbra
- Antonio Belinati
Suplentes - Nelson Tureck
- Algaci Túlio
- Valdir Rossoni
- 02 - Comissão de Finanças
Membro Efetivo - Miltinho Puppio
Suplente - Edno Guimarães
- 03 - Comissão de Orçamento
Membro Efetivo - Walmor Trentini
Suplente - Edno Guimarães
- 04 - Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio
Membro Efetivo - Edno Guimarães
Suplente: - Miltinho Puppio
- 05 - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Membro Efetivo - Miltinho Puppio
Suplente - Edno Guimarães
- 06 - Comissão de Educação, Cultura e Esportes
Membro Efetivo - Walmor Trentini
Suplente - Antonio Belinati
- 07 - Comissão de Terras, Imigração e Colonização
Membro Efetivo - Miltinho Puppio
Suplente - Luiz Accorsi
- 08 - Comissão de Segurança Pública
Membro Efetivo - Edno Guimarães
Suplente - Walmor Trentini
- 09 - Comissão de Saúde Pública
Membro Efetivo - Luiz Accorsi
Suplente - Antonio Belinati
- 10 - Comissão de Redação
Membro Efetivo - Walmor Trentini
Suplente - Miltinho Puppio
- 11 - Comissão de Tomada de Contas

Membro Efetivo - Luiz Accorsi
Suplente - Antonio Belinati

- 12 - Comissão de Turismo
Membro Efetivo - Nelson Tureck
Suplente - Walmor Trentini
- 13 - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente
Membro Efetivo - Edno Guimarães
Suplente - Algaci Túlio
- 14 - Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa
Membro Efetivo - Antonio Belinati
Suplente - Valdir Rossoni

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 367

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, a retirada do Projeto de Lei n° 171/95, item 04 da Ordem do Dia de hoje por 10 sessões.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

() TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 381

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Newton Alves Lustosa, ocorrido na Cidade de Clevelândia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, na Cidade de Clevelândia, com a idade de 67 anos, o Senhor Newton Alves Lustosa.

O extinto, que pertencia a tradicional família clevelandense, deixou viúva a Senhora Celi Maia Lustosa, filhos e netos. O passamento de Newton Alves Lustosa veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Newton.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Newton

Alves Lustosa, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Senhor Newton para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Lustosa endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a tolha o conforto.

REQUERIMENTO N° 390

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento ocorrido em 22/11/95, do Senhor Pedro Pereira Pinto.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa, deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, sito a Rua Lopes Trovão, 60 - Vila Estrela - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 391

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Voto de Pesar, pelo falecimento ocorrido em 24.11.95, da Sra. Marlene da Aparecida Voinarski.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa, deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-la.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, sito a Rua Cel. Antonio Joaquim Moraes Sarmento, 67 - Vila Odete - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 505

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consagração, nos Anais desta Casa, de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Sr.

José Carlos Muffato, e que seja dado conhecimento desta proposição aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 18.03.96

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente a região oeste do estado perde um grande empresário e amigo, cuja morte trágica e prematura chocou profundamente aqueles que mantinham de uma forma ou de outra alguma ligação com o Tinto, assim carinhosamente chamado pelos que o cercavam.

O seu nome ficará registrado na história daquela região, porque ele foi um dos que acreditaram no progresso do oeste paranaense, e conseguiu, com muito trabalho e dedicação se tornar um dos empresários que mais contribuiu para o desenvolvimento do povo oestino.

REQUERIMENTO N° 370

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, Voto de Louvor, Congratulações e muito Aplauso à Revista Panorama que neste ano, em fevereiro, completou 46 anos de atividades, sempre contribuindo para a imprensa paranaense, com informações nas áreas político, econômica, social, abordando sempre assuntos do interesse da comunidade Curitiba e Paranaense. Sob a direção de Newton Dalla Bona, empresário sério e competente, aglutinou à sua equipe, pessoas eficientes que engrandecem o trabalho da informação brindando mensalmente o público com uma revista inteligente. Nossos melhores parabéns a toda a equipe da Revista Panorama por seus 46 anos de atividades, juntamente com o reconhecimento desta Casa.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 399

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais desta Casa, de Voto de Louvor ao Ten. Cel. Honório Olavo Bortolini, pelos relevantes serviços prestados no Comando do 14° Batalhão da Polícia Militar, sediado em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Assumindo o comando do 14° Batalhão com 445 soldados, e hoje com um efetivo de 650 homens, o Tenente Coronel Honório Olavo Bortolini, vem com extrema dedicação e

competência desenvolvendo um profícuo trabalho na região de Foz do Iguaçu, implantando programas como a Patrulha Escolar, desenvolvendo Projetos de Patrulha de Fronteira, Patrulha Rural, Força Tarefa, criando o Grupo de Operações Especiais, reformando, reativando e implantando destacamentos da PM, duplicando o sistema de rádio comunicação, dentre inúmeras outras atividades e iniciativas não menos importantes, visando sempre garantir e ampliar a segurança daquela população. Atuando dessa forma, vem aproximando a Polícia Militar da comunidade e enobrecendo a corporação, merecendo o nosso reconhecimento, que entendemos justo e oportuno seja registrado nos Anais desta Casa.

REQUERIMENTO N° 388

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, Voto de Congratulações à Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR, alusivos à passagem do 37° aniversário de Fundação, comemorado no último dia 14 de março.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Magnífico Reitor daquela Universidade, Excelentíssimo Senhor Professor Euro Brandão, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Imaculada Conceição n° 1155, Colégio Estadual do Paraná 80215-901, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 382

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Congratulações e Aplausos pela passagem do 106° aniversário de União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal Airton Bernardo Roveda, ao vice-Prefeito, Sr. Hilário Clivatti, e a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná cumprimentem a laboriosa população de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

As tradições mais caras dos paranaenses, na economia, na cultura paranista, no espírito de trabalho, tem suas raízes na Cidade de União da Vitória, com seu casario às margens do majestoso Rio Iguaçu, seu parque industrial vigoroso baseado na

transformação da madeira, da erva-mate, e, agora da agricultura e pecuária.

A passagem dos seus 106 anos de emancipação política, representa muito mais, que uma comemoração que se dará no próximo dia 27. É um evento que marcará, além do seu registro histórico, uma União da Vitória renovada, pela fibra de seu povo ao longo da história.

A força polarizadora do primitivo entreposto de Nossa Senhora da Vitória, atual União da Vitória, é um fato incontestável.

Possuindo funções definidas como centro de comercialização, entreposto de primeira ordem, entroncamento estratégico, conta hoje com todas as estradas asfaltadas ligando os principais centros do país.

Da fase de bravura e destemor da colonização passamos para a União da Vitória evoluída, afinada com seu tempo; do povo culturalmente desenvolvido, do ensino conceituado do básico ao superior.

O desenvolvimento de União da Vitória, alicersou-se inicialmente no Rio Iguaçu, com suas belezas e sua importância econômica.

Em 1842 o sertanista Pedro Siqueira Cortes, após descobrir o Vau do Iguaçu, abriu uma picada do Vau até Palmeira. Mais tarde, em 1846 os fazendeiros de Palmas abriram nova picada de Palmas até o Vau. A picada tornou-se estrada e aumentou o movimento, principalmente com tropas de gado e cargueiros de animais. A descoberta do Vau no Rio Iguaçu, bem favorável à passagem de tropas de gado que vinham de Palmas com destino aos centros maiores, deu mais impulso ao desenvolvimento de União da Vitória.

Na Câmara Municipal encontra-se a Tela pintada por Eugenio Schuwaloff, famoso e inesquecível artista do pincel, representando a travessia do Vau pelas tropas de gado e dos cargueiros de sal. Repúblicas da famosa Tela de Schuwaloff, existem em mãos de filhos e apaixonados pelas raízes de União da Vitória.

Graças aos seus administradores de todos os tempos, a Câmara de Vereadores de União da Vitória possui todo o acervo histórico do Município, desde a primeira Ata elaborada há 106 anos, até o momento atual, cuja documentação serve para pesquisa aos historiadores.

O povoamento de União da Vitória, foi aumentando quando em 1882 foi anunciado o advento de uma nova era com o início da navegação pelo Rio Iguaçu do vapor Cruzeiro. Vemos assim, que foi pelo Rio Iguaçu que o progresso chegou à região.

União da Vitória foi beneficiada com um gigantesco impulso em 1909 com a ligação ferroviária, tornando-se um entroncamento ferroviário de grandes proporções

naquela época.

O Rio Iguaçu inspirou muitos poetas.

Para recordar, transcrevemos o poema "Iguaçu" de autoria de Dante de Jesus Augusto.

"Um filete d'água murmurante,
Serpeia entre os bosques saltitante;
Aqui se alarga um pouco,
Para logo mais, ali adiante,
Voltar a ser um suave ribeirão
A sorrir satisfeito em seu caminho

Garbosamente vai descendo...
Rasga planícies,
Corta descampados...
Rompe serranias,
E o seu volume vai crescendo
Em movimentos belos,
Firmes ritmados,
Pra se espriar, todo vaidoso,
Vibrante, forte, majestoso,
Na terra feliz
Dos pinheirais gigantes
Nos seus volteios vigorosos,
Transpõe abismos caprichosos...

Subitamente,
Em saltos varonis, emocionantes,
Se lança gargalhando das alturas
Caindo em catadupas espumantes
Lá em baixo.
Sobre o leito alvoroçado.
Retorna após
O calmo jornadaear,
Na sua grandeza ovante narcisado.

Fugindo ao beijo ardente
Do rei Sol,
Penetra no agasalho das florestas,
Mas a luz do astro o abraça pelas
Frestas
Da mata verdejante,
Osculando o seu caudal cantante.

Vencendo os óbices com galhardia,
Alcança enfim a meta da beleza,
Sorrindo agradecido à Natureza,
A formar sublime sinfonia
Na série de cascatas esplendentes,
Que numa orquestração monumental
De sons grandiosos como iguais não há,
Levanta uma homenagem de grandeza,
Na glorificação do Paraná".

União da Vitória!
Os morros te abrigam - O Iguaçu te
abraça - O Povo te ama.

REQUERIMENTO N° 383

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, a expedição de votos de congratulações ao Senhor Antonio Berger, mi-

litante do movimento comunitário em Curitiba, pelos relevantes trabalhos prestados em benefício dos moradores da Vila Formosa e Ferrovia.

Que o mesmo seja cientificado do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Antonio Berger, casado, trabalhador da construção civil, nascido em Pitanga - PR, em 17 de outubro de 1953, filho de Francisco Berger e Ernestina Santos Berger, residente na Vila Formosa - Curitiba, onde é presidente da entidade símbolo do movimento de moradia do Estado do Paraná - Associação dos Moradores da Vila Formosa.

O Senhor Antonio Berger, com desprendimento e abnegação, busca melhorar a qualidade de vida dos moradores da região da Vila Formosa e Ferrovia, onde milita a mais de quinze anos na luta pelo direito a moradia.

A integração da Ferrovia na comunidade curitibana, a luta pela instalação de água, luz, de saneamento básico, a reivindicação da regularização da área, a luta pela cidadania, (hoje a Ferrovia apresenta um dos mais baixos índices de criminalidade de Curitiba), são algumas das contribuições que o Senhor Antonio Berger, presta àquela comunidade, em conjunto com os demais diretores da Associação dos Moradores da Ferrovia. Antonio Berger é também vice-Presidente da Associação dos Moradores da Ferrovia.

REQUERIMENTO N° 392

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado Votos de Congratulações ao Vereador Ari Dallacosta, eleito Presidente da ACAMSOP-M-14, e demais membros da Diretoria, no último dia 09 de março de 1996.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente, a finalidade de prestar homenagem ao Vereador Ari Dalla Costa e demais membros eleitos para Presidência e Diretoria da ACAMSOP-M-14, pelo excelente trabalho que vêm desenvolvendo em prol dos municípios do Sudoeste do Paraná.

Nossa iniciativa, é uma forma de externar nossa satisfação pelos nomes escolhidos, e desejar uma gestão coroada de pleno êxito.

Pelos motivos expostos, pedimos o apoio dos demais pares desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 393

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, Voto de Congratulações ao Jornal o Estado do Paraná pela estréia da Coluna Tiro e Queda, assinada por Jamur Júnior e Hugo Sant'ana.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Os leitores do jornal O Estado do Paraná foram agraciados com o estilo crítico destes dois jornalistas que há tempos atuam em diversas áreas da comunicação. A opinião política do Paraná ganhou um reforço extraordinário, comprovando que o Estado do Paraná continua a investir no talento daqueles que ajudaram, no passado, a consolidar diversos Órgãos de imprensa paranaense.

REQUERIMENTO N° 394

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER Votos de Congratulações pelo transcurso do 124° Aniversário de Emancipação Política do Município de Tibagi, na data de hoje.

Requer, outrossim, que da decisão do duto Plenário seja dado conhecimento ao Senhor José Tibagy de Mello, Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Tibagi, cujo centésimo vigésimo quarto aniversário de Emancipação Política hoje se comemora, em meio a festivas inaugurações de melhoramentos públicos, é um dos pólos de progresso social e econômico da região dos Campos Gerais.

Graças a clarividência dos que a dirigem, a Cidade e o Município acham-se em pleno desenvolvimento, explorando suas potencialidades desde o turismo à pecuária.

Seu povo trabalhador e ordeiro se constitui num motivo de orgulho para todos nós paranaenses.

REQUERIMENTO N° 396

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Congratulações e Aplausos aos policiais militares: Capitão Jack Holzer e Capitão João Alves da Rosa Neto, tendo em vista suas atuações prestativas e eficientes durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Prostituição Infanto-Juvenil no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO N° 404

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, registro na ata da presente sessão de Votos de Congratulações ao piloto de família paranaense de Fórmula Indy André Ribeiro, que venceu a prova realizada ontem à tarde no circuito de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, sendo a primeira edição do Grande Prêmio do Brasil de Fórmula Indy.

Solicitamos que a decisão do presente seja informado à sua família.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 405

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de Congratulações ao Município de Telêmaco Borba - PR, alusivos à comemoração do 32° Aniversário de Emancipação Política, a realizar-se no próximo dia 21 de março do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Senhor Paulo Cezar Nocêra e, ao Presidente da Câmara Municipal, Senhor Vereador Alcino Ataíde Mendes Batista, através de correspondências a serem encaminhadas a Praça Presidente Castelo Branco n° 37 e a Rua Oscar Hey n° 99, respectivamente, Telêmaco Borba-PR.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 500

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo, este subscreve, respeitosamente vem a presença de Vossa Excelência, usando de suas atribuições legais previstas no Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER após ouvido o duto Plenário, que seja inserido na Ata de Trabalhos desta Seção, Votos de Congratulações ao Jornal "Diário da Manhã" pela passagem de seu nono ano de vida e circulação na Cidade de Ponta Grossa e Campos Gerais, ocorrido em data do dia 15 (quinze) próximo passado. Trata-se Excelência, referido periódico, de um jornal que vem sempre "Combatendo" o ~~bon~~ combate a favor das causas e lutas em nome de nosso Município e de sua população, estendendo-se pelas causas dos Campos Gerais. Outrossim, nos orgulha referido periódico ter suas origens no Município acima mencionado, portanto, tendo nascido e vida própria. É um periódico que não se preocupa com o sensacionalismo, com notícias demagógicas, com notícias que traga intranquilidade à

seus eleitores. Pois prima sua linha de informação da maneira mais sadia possível. Levando seus leitores e habitantes de nossa comunidade e região a ter esperança que o melhor se está fazendo pelo nosso Estado e nosso país. Outrossim, passamos aqui o endereço do homenageado, para que se aprovado o presente requerimento, seja dado a ele conhecimento do presente requerimento.

Requer finalmente, seja através de correspondência emitida por esta Casa de Leis, ciência do presente.

Rua: Balduino Taques, 890 - Caixa Postal 50 - Ponta Grossa - Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 501

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo um Voto de Congratulações à executiva Maria Elisa Ferraz Paciornik, presidente da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, pela destacada atuação que teve durante as negociações que culminaram com a escolha do Estado do Paraná para instalação de uma nova montadora da Indústria Renault.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Maria Elisa Ferraz Paciornik foi, seguramente, a primeira a vislumbrar a possibilidade de vinda da Renault para o Paraná, quando leu, em 1993, numa revista francesa, que aquela fábrica tinha interesse na instalação de uma montadora na América Latina.

A partir daí, a executiva participou ativamente da mobilização em favor da conquista da indústria automobilística para o nosso Estado, chegando a elaborar um dossiê sobre a Cidade de Curitiba e a Cidade Industrial (inicialmente cotada para o projeto).

Embora a opção dos franceses tenha sido por São José dos Pinhais, não há dúvida sobre a importância da atuação da presidente da CIC, chamando a atenção dos técnicos estrangeiros para a estrutura e o potencial da Região Metropolitana de Curitiba.

Executiva gabaritada, dotada de grande sensibilidade e indiscutível visão gerencial, Maria Elisa merece, mais uma vez, os cumprimentos deste Poder Legislativo, pelo esforço dispendido nesse processo de negociação com a indústria Renault, que resultará em importantes benefícios para o desenvolvimento do Paraná.

REQUERIMENTO N° 503

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos Trabalhos deste Poder Legislativo, um voto de congratulações à cineasta Berenice Mendes, pela conquista do troféu "Mulher, Simplesmente Mulher", conferido pelo Conselho da Mulher Executiva da Associação Comercial do Paraná.

Que do teor do presente seja dado ciência à homenageada e ao Presidente da Associação Comercial do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

"Advogada que nunca advogou, professora que nunca deu aulas e uma militante política que nunca integrou um partido. Faz militância com as câmeras", assim um dos jornais da nossa Capital iniciou u'a matéria sobre Berenice Mendes.

Com um estilo marcado pela preferência por temas históricos e reflexões de ordem social, Berenice comemorou no ano passado os 15 anos da sua empresa Documenta Filmes, com uma retrospectiva de trabalhos: "tive certeza de que fiz a escolha profissional certa". Tem projetos para o futuro, como fazer cinema para a televisão.

O seu média-metragem "Vítimas da Vitória", foi classificado para os festivais de Gramado, Fortaleza, Cuba e Brasília, onde recebeu o prêmio de "Melhor Trilha Sonora". Fez também, "Como Sempre", "Comunidades Rurbaras", "O Foguete Zé Carneiro", "Londrina" e "Classe Roceira". Este último, que retrata a saga de agricultores sem terras na luta pela reforma agrária, recebeu diversos prêmios no Brasil e no exterior.

Que o presente requerimento enseje os nossos sinceros cumprimentos à cineasta Berenice Mendes, pela conquista deste prêmio e pelas grandes realizações no campo das artes cinematográficas, e à Associação Comercial do Paraná, pela correta escolha em reconhecimento àquela brilhante profissional. E que também sirva como incentivo para que seus desafios futuros sejam realizados, com crescente sucesso, elevando em destaque o cinema paranaense e brasileiro.

REQUERIMENTO N° 368

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Hitoshi Nakamura, Secretário de Estado do Meio Ambiente, solicitando a realização de estudos técnicos, no sentido de impedir que a construção da barragem da

Usina Hidrelétrica prevista para a região dos Municípios de Jataizinho e Ibiporã, no Rio Tibagi, venha comprometer a preservação da mata virgem, denominada "Fazenda Doralice", providenciando sua constituição em "área de preservação ambiental".

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A mata virgem da Fazenda Doralice, Senhor Presidente, única na região, além de ser povoada por exuberante flora já extinta na região, mantém, em seu meio, uma rica fauna, composta de macacos, bugios, tamandás, tatus, capivaras, jacus, quatis, pacas, cachorros do mato, jaguatiricas, maritacas, lagartos, papagaios, gralhas, sabias, tico-ticos, e outros, além de aves exóticas, muitas das quais em extinção.

A preservação, tanto das espécies vegetais como das animais, deve-se à iniciativa privada, sem qualquer apoio por parte dos órgãos públicos, mantido a duras penas e altos custos. Nada mais justo, portanto, que no momento em que se decide pela construção da hidrelétrica, pelo poder público, o reconhecimento por parte deste, da sua importância, assumindo a responsabilidade que lhe é devida e o compromisso que aqui requeremos.

REQUERIMENTO N° 371

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de proceder reparos na calçada em frente ao número 42 da Rua Embaixador Hipólito de Araújo - Rebouças, a qual foi quebrada pela empresa ao executar obras no esgoto.

Pede a moradora desse endereço, que o problema seja resolvido o mais breve possível, pois está causando transtornos a muitas pessoas.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 372

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Araucária, no sentido de atender o pedido dos moradores da Avenida das Araucárias, bairro Barigüí, os quais solicitam a limpeza dessa rua, tendo em vista que o mato está invadindo a mesma.

Como há muito mato, a proliferação de animais nocivos à saúde é muito grande, prejudicando sensivelmente toda a popula-

ção.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 373

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Prieto Martinez, situado na Rua Nilo Peçanha, n° 557 - Bom Retiro, os quais solicitam a presença, em frente ao colégio, de um policial de trânsito, com o objetivo de controlar a entrada e saída dos alunos.

Alegam que o local é muito movimentado e o risco de acidentes é grande.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 374

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de intensificar o policiamento da Rua Padre Francisco João Azevedo e proximidades do Colégio Estadual Hildebrando de Araújo - Jardim Botânico, tendo em vista que várias meninas reúnem-se para cheirar cola e assaltar os alunos nas saídas das aulas.

O problema é grave e os moradores, apreensivos, solicitam providências urgentes.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 375

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de providenciar reparos na Rua Xingu, proximidades do n° 258 - Jd. Esmeralda, tendo em vista que a mesma encontra-se intransitável.

Os moradores pedem urgência no atendimento do pedido, pois até o ônibus Roça Grande que por lá passa, está encontrando dificuldade no tráfego.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 376

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de providenciar o manilhamento das valetas da Rua Justo Manfron - Lamenha Pequena, uma vez que não há acostamento e principalmente as crianças correm perigo de nelas caírem, devido ser caminho da escola.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 377

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de água e esgoto na Rua Santa Catarina, em frente ao n° 257, localizada no bairro Laranjeiras, em Piraquara.

Ocorre que há rede de água até a Rua Amazonas, que é a uma quadra da Rua Santa Catarina.

O pedido está sendo feito pelos moradores da Rua Santa Catarina, proximidades do número indicado, uma vez que com o pedido sendo atendido, muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 378

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de proceder a limpeza de um valetão na Rua Ailton Luiz Nodari, proximidades do n° 357 - São Gabriel, tendo em vista que o mesmo encontra-se muito sujo, cheio de lixo e ratos.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais solicitam também que seja colocada uma placa "Proibido jogar lixo" e que o caminhão passe por suas casas para recolher lixo, pois o mesmo fica acumulado na rua ou jogado no valetão.

Pedem que o pedido seja atendido, uma vez que todos os moradores estão sendo prejudicados com esse problema.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 379

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura

Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido do morador à Rua Pedro Aires da Rocha n° 52 - Jardim Iracema, o qual solicita urgência na colocação das manilhas que já estão em frente à sua residência há 03 (três) meses.

O pedido já foi feito também para a Prefeitura e infelizmente durante todo este tempo não foi atendido. Se necessário informações complementares, elas podem ser obtidas com o Sr. Roberto Mollocken pelo telefone n° 346-4522.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 380

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto na Rua 3 Casa 59 - Jardim Viviane - Almirante Tamandaré, tendo em vista que a moradora desse endereço não tem mais um local adequado em seu terreno para colocar os detritos de esgoto.

A situação encontra-se crítica também para seus vizinhos e o esgoto está escorrendo pelas ruas, causando sérios transtornos a todos. Melhores informações, poderão ser obtidas com a Sra. Nandira Tiago pelo telefone 222-6847.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 385

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, seja enviado expediente ao Exmo. Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando cópia do Protocolo de Intenções ou documento equivalente, assinado pelo Governo do Paraná com a Indústria Renault.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 386

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. Domingos Tarso Murta Ramalho, MD. Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando uma avaliação quanto à possibilidade de se implantar um Posto de Serviços do BANESTADO na CIRETRAN de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Antonio Romero Filho, Prefeito de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP:

87.501-130); ao Vereador Genésio Alves da Silva, Presidente da Câmara Municipal; ao Vereador Wilson Ferraz, Primeiro Secretário da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4863 - CEP: 87.502-080); e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, anexo IV gabinete 948 - Brasília-DF - CEP: 70.169-970).

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A CIRETRAN de Umuarama concentra um número muito grande de usuários, os quais necessitam dos serviços do BANESTADO para recolherem taxas, e efetuarem outros pagamentos. Atualmente essas pessoas vêm enfrentando sérias dificuldades com o serviço, pois permanecem em tempo demasiado nas filas dos bancos, e quando retornam à CIRETRAN, esta já encontra-se com o expediente encerrado.

Umuarama vive em constante desenvolvimento, e a instalação de uma representação bancária naquele setor contribuirá efetivamente para este processo, eliminando o transtorno enfrentado pela população, proporcionando ao Município maior bem-estar social.

REQUERIMENTO N° 389

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 132, do Regimento Interno), REQUER após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente à Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores de Nova Londrina (Praça da Matriz, 261, CEP: 87970-000), contendo votos de congratulações pelo transcurso do 40° aniversário da Comarca, comemorado no último dia 15 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Em meio a história do Estado do Paraná, são raros e imprecisos os dados relativos as primeiras notícias do povoamento e colonização da localidade onde se encontra a Cidade de Nova Londrina. Sabe-se contudo, que desde antes do ano de 1930, existiu um "picadão" que partindo do Porto São José, no Rio Paraná, nos limites com o Estado do Mato Grosso, cruzava as terras circunjacentes do atual Município de Nova Londrina, para atingir a Fazenda Montoya, local onde hoje se encontra a Cidade de Paranavaí.

De acordo com as informações obtidas, em 1947 alguns sertanejos se instalaram na localidade mais tarde denominada Patrimônio-Marilena, situada na Gleba Paranapanema, distante quatro quilômetros da atual sede de Nova Londrina e oitenta da sede municipal de Paranavaí. Objetivando a extração e aproveitamento das madeiras de

lei abundantes na região, e a exploração das suas terras férteis, no período de 1947 a 1950 estabeleceu-se ali a empresa Imobiliária Terras e Colonização Paranapanema Ltda, com sede no Rio de Janeiro, dirigida por José Volpato, Antonio Socandeliari e Francisco Pugliesi. Neste período a Imobiliária Terras e Colonização Paranapanema Ltda foi desmembrada e vendida parte para a Empresa Colonizadora Marilena Ltda, cujos titulares eram André Luiz Volpato, Amadeu Deniz, Antenor Borba, Índio Brasileiro Borba e José Abelardo Barros Alcântara.

A primeira grande derrubada de que se tem notícia foi feita na Fazenda Amapuvo (nome este formado de parte Amadeu Pugliesi e Volpato). A segunda derrubada procedeu-se na Serraria Areia Branca, de Loureiro Júnior Ltda. A terceira derrubada se deu no lugar denominado Rancho Alegre, depois Fazenda Santa Helena.

No período de quatro anos, a partir de 1947 existiram na região apenas quatro "posseiros": Henrique Palma, estabelecido a margem do picadão, no Ribeirão Areia Branca do Tucum; José Nitche, mais para o interior; Domingos de Tal, margem do Ribeirão do Tigre; e Atanásio Belo que possuía uma derrubada no Areia Branca do Tucum, mas lá não residia.

Entretanto, como primeiros colonizadores oficiais das terras que constituem hoje o território de Nova Londrina, devem ser considerados José Volpato e sua família que eram proprietários de uma área de mais ou menos 25.000 alqueires de terras, situadas dentro da Gleba Areia Branca do Tucum, as margens do rio Paraná, nas proximidades do Porto São José. Foi portanto a família Volpato que abriu as primeiras picadas na mata virgem, colocando Marilena, depois Nova Londrina em contato com os demais centros civilizados do Norte Paranaense e, por intermédio dos núcleos nascentes de Loanda, Santa Isabel do Ivaí e Santa Cruz de Monte Castelo.

Fundação.

A partir de 1950, com o espantoso desenvolvimento de Paranavaí, elevado a distrito em 11 de março de 1949, as terras das diversas regiões do novo e progressista distrito passaram a ser grandemente solicitadas. Entusiasmado pela procura impressionante das terras da região, um grupo de colonizadores, reunidos em Londrina, resolveu fundar a Gleba Paranapanema e terras adjacentes, localizadas no então Distrito de Paranavaí, Município de Mandaguari. Figuravam como Diretores da nova Empresa Imobiliária os Senhores Silvestre Dresch, Armando Valentim Chiamureia, Leopoldo Lauro Bender, Ewaldir Bordin e Salim Zaidan. A firma foi imediatamente registrada na Junta Comercial do Paraná, e a

partir daí deu-se um grande impulso no desenvolvimento da região, e a formação do povoado de Nova Londrina com a chegada das famílias de pioneiros que vinham para se instalar nas áreas agrícolas e aquelas que chegavam para montar suas casas de comércio nos mais diversos ramos.

O Distrito Administrativo de Nova Londrina, foi criado pela Lei Municipal nº 13 de 05 de agosto de 1953, com sede no povoado do mesmo nome, no Município de Paranavaí, quando era Prefeito deste o médico Doutor José Vaz de Carvalho. Pela Lei Estadual nº 253 de 26 de novembro de 1954, foi elevado à categoria de município, com território desmembrado do Município de Paranavaí, comportando em sua área territorial além da sede, os atuais Municípios de Itaúna do Sul, Diamante do Norte e Marileira, e do Distrito de Cintra Pimentel este ainda hoje, pertencente ao Município de Nova Londrina.

Com a elevação de Nova Londrina à condição de Distrito, o Prefeito de Paranavaí nomeou para seu sub-Prefeito, o Senhor Edmundo Grabowski, que permaneceu no cargo até a posse do primeiro Prefeito eleito, o Senhor Avelino Antonio Colla. Assim a instalação do município deu-se em 06 de janeiro de 1956, com a posse deste. O seu mandato encerrou-se no dia 06 de janeiro de 1960.

Através de Lei Estadual que criou a Comarca em 15 de março de 1956, é que se comemora o aniversário do município.

A partir de Avelino Antonio Colla, ocupara o cargo de Prefeito os seguintes: João Soares Fragoso (06/01/60), Doutor Oliveira Grandene (06/01/64), Halin Maraqui (31/01/69) este cassado por ato do Governo Federal em 27/04/69, assumindo o vice-Prefeito Oscar Tomazoni que permaneceu até 16/08/69, assumindo o cargo na condição de interventor o Doutor Sauer Salun (16/08/69 a 31/01/71), Miguel de Oliveira Caires (31/01/71), Sady Paviani (31/01/73 a 31/01/77), Doutor João de Alermar Barbosa (31/01/77 a 31/01/83), Arlindo Adelino Troian (31/01/83 a 31/01/87) Idreno Gregório (31/01/87 a 31/12/92) e atualmente Waldir José Troian que assumiu o cargo na última eleição municipal.

REQUERIMENTO Nº 397

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Senhora Fani Lerner, Secretária de Estado da Secretaria da Criança e Assuntos da Família, solicitando a liberação de recursos financeiros em favor do Lar dos Velhinhos do Município de Rio Azul.

Trata-se de instituição beneficente que abriga em suas dependências 32 pessoas idosas carentes, e sem qualquer tipo de amparo por parte dos familiares, sendo que muitos destes idosos sequer possuem família.

Os recursos financeiros solicitados serão destinados, conforme Plano de Aplicação, à pintura e reforma do prédio do Lar dos Velhinhos, que se encontra em estado precário.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 398

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o reinício das obras de pavimentação asfáltica da rodovia que liga o Município de Teixeira Soares à Guaragi.

A presente solicitação visa propiciar condições de trafegabilidade, através de rodovias pavimentadas, propiciando o escoamento da safra agrícola e a interligação entre os municípios.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 400

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o reinício das obras de pavimentação asfáltica da rodovia que liga os Municípios de Guaramirim e Inácio Martins.

A presente solicitação visa proporcionar o escoamento da safra agrícola e a interligação entre os municípios.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 406

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Serviço de Patrimônio da União, escritório de Curitiba, para que informe os bens patrimoniais da União (terrenos e construção) à disposição dos Governos Estadual, Federal e Municipal, na cidade de Foz do Iguaçu-PR.

Sala das Sessões, em 18.03.96

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Com a desmobilização funcional por parte do Governo Federal a partir de 1990, vários prédios na Cidade de Foz do Iguaçu, encontram-se fechados ou em processo de destruição.

Os órgãos federais reclamam instalações adequadas e também outros órgãos, agora estaduais e municipais, poderiam usar estes estabelecimentos ou mesmo os terrenos.

REQUERIMENTO N° 407

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, para tomada de providências enérgicas em relação aos assaltos ocorridos em rodovias no Paraná de ônibus de turistas que seguem para Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

As notícias estampadas nos jornais dão conta das dezenas de assaltos ocorridos no território paranaense, em estradas federais e estaduais, em que os turistas e seus "ônibus de excursão" são molestados.

A coluna de Luiz Geraldo Mazza, no dia 17 de fevereiro de 1996, no Jornal "Folha de Londrina", estampava a seguinte nota:

"Percurso para Foz do Iguaçu transformado de novo em passarela do crime. Requião tentou enfrentar os assaltos a ônibus de turismo com a fantasia da propaganda na TV que sugeria uma eficiência à polícia. Lerner ataca na mesma linha com a grife "Patrulha Rural", que, todos sabem, não funciona. Escala recomeçou na primeira quinzena.

Portanto é necessário que a Secretaria de Segurança Pública do Paraná desmantele as quadrilhas que estão se organizando no Estado.

REQUERIMENTO N° 408

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Jornal "Zero Hora", de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, pela edição do caderno especial "MERCOSUL do Terror - Operação Condor", que com excelente jornalismo investigativo, propiciou o afloramento dos porões dos ditadores militares CONE SUL, envolvendo os países do MERCOSUL (Paraguai, Brasil, Argentina, Uruguai) e mais o Chile.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O jornal gaúcho conseguiu sintetizar a indignação pelo período vivido sob a ditadura militar, retratando o drama dos que sofreram durante a Operação Condor, quando houve a unificação das polícias políticas no CONE SUL.

O trabalho jornalístico é de alta qualidade e permite que reconheçamos um período negro de nossa história.

REQUERIMENTO N° 409

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrivem, no uso de suas atribuições, REQUEREM à Mesa, envio de expediente aos membros do Senado, inclusive Líderes do Partido e ao Presidente da Casa, Senador José Sarney, solicitando a urgente instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI dos Barcos, dada a sua importância para desmascarar as fraudes que envolvem o sistema financeiro do País.

Há que se saber das razões que obrigam um governo a tapar, com dinheiro público, um rombo provocado por fraudes, que podem ultrapassar a casa dos 10 bilhões de dólares. Ninguém em sã consciência pode concordar com a negativa de recursos à Saúde, à Educação, à Habitação, à Previdência Social, a investimentos em estradas vicinais e em abertura de empregos, à infra-estrutura em serviços públicos, entre outros de caráter prioritário, para, em contrapartida, presentear os Barcos, com o grande volume de recursos, sob argumento da necessidade de preservar o sistema financeiro nacional.

Há que se ter respostas de como foi usado e onde está o dinheiro, e quem foi punido, nos casos da COMIND, Maisonave, Meridional e Auxiliar? A consequência imediata desta impunidade é vista agora no aumento da lista de Barcos que parecem utilizar a mesma tática, como BANESPA, BANERJ, Econômico e Nacional.

Uma CPI neste sentido é capaz de responder as questões supra, e até conduzir a moralização do sistema financeiro nacional, através da punição dos responsáveis pelas fraudes. Não é uma CPI sobre os Barcos que pode afetar a imagem do Brasil, a fuga de capitais estrangeiros e enfraquecer o sistema financeiro nacional, ao contrário, é a não apuração dos crimes contra a economia e a punição dos responsáveis que põem em cheque o sistema a nível nacional e internacional.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(aa) ÂNGELO VANHONI

EMERSON NERONE

DOCTOR ROSINHA

IRINEU COLOMBO

PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO N° 507

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, como também ao Senhor Secretário do Meio Ambiente, solicitando providência quanto a situação da "Mata São Francisco", no Município de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Esta reserva florestal foi transformada em "Parque Estadual" pelo Decreto nº 4.333, de 1994, como uma área total de 832.57 ha. Ocorre que a negociação que possibilitou a criação do parque não foi cumprida até o presente momento, como passo a explicar: o Governo do Estado, no desejo de criar o parque, precisava encontrar recursos para comprar a área do proprietário para poder transformá-la em Parque Estadual. A maneira encontrada foi na forma de uma indenização a ser paga pela empresa energética paulista CESP, que compraria a área e depois doaria ao povo do Paraná, já que a empresa energética citada estava construindo duas hidrelétricas no Estado de São Paulo (Canoas I e II), que ocasionariam alagamento de áreas produtivas do Paraná, ou seja, já que o Estado de São Paulo estava acarretando prejuízo ao povo do Paraná, nada mais justo que os paranaenses fossem ressarcidos de alguma forma.

Infelizmente, desde a assinatura do Decreto até o presente momento, o pagamento por parte da CESP ao proprietário das terras não foi feito, o que coloca em risco a existência do Parque, já que por lei e direito o proprietário pode desmatar grande parte da mata, deixando como reserva nativa apenas uma pequena parte.

Sendo assim, requer o autor que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador e também ao Secretário do Meio Ambiente, para que tomem providências e intercedam junto à CESP para que a estatal paulista cumpra a sua parte do acordo, e assim a "Mata São Francisco" possa ser salva.

REQUERIMENTO Nº 507-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ministro de Estado das Comunicações, Sérgio Roberto Vieira da Mota, para tomada de providências no sentido de regularizar o serviço de Telefonia Celular Móvel na Cidade Foz do Iguaçu - Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.95.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Os usuários da telefonia celular móvel da Cidade de Foz do Iguaçu, demonstram seu descontentamento com os serviços oferecidos pela TELEPAR, integrante do sistema TELEBRAS.

A justificativa da Companhia Telefônica estatal, é a localização geográfica da cidade, que impossibilita um melhor atendimento, pois na vizinha cidade paraguaia Ciudad Del Este, há também um serviço de telefonia celular que atrapalha as transmissões locais.

É necessário dar respostas cordizentes aos consumidores de Foz do Iguaçu, que figura entre as cidades do Paraná com mais rentabilidade, tanto no serviço de telefonia celular móvel, como no sistema convencional.

Transcrições:

REQUERIMENTO Nº 502

SÚMULA: Requer a transcrição nos Anais dos artigos "Vitória de Lerner, vitória do Brasil", "Monsieur cônsul" e "A instalação da Renault no Paraná", publicados pelos Jornais "Indústria e Comércio", "O Estado do Paraná" e "Jornal do Estado", respectivamente, do dia 13 de março p.p..

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam transcritos nos Anais do Poder Legislativo os artigos "Vitória de Lerner, vitória do Brasil", "Monsieur cônsul" e "A instalação da Renault no Paraná", publicados pelos Jornais "Indústria e Comércio", "O Estado do Paraná" e "Jornal do Estado", respectivamente, do dia 13 de março próximo passado.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Em tela, a decisão da indústria francesa Renault de instalar uma montadora no Estado do Paraná, mais precisamente no município de São José dos Pinhais.

O Jornal "Indústria e Comércio" dá ao Governador Jaime Lerner o título de "metteur-en-scène" que viu competir-se no-va etapa de um trabalho que ele iniciou no começo da década de 70, quando - contra todos os prognósticos - ousou criar a Cidade Industrial de Curitiba". Atribuindo a chegada da Renault a uma "vitória pessoal do Governador (nosso melhor contemporâneo do futuro)", o I & C não deixa de mencionar os diversos fatores que comorreram

para a escolha da Região Metropolitana de Curitiba e divide a conquista com toda a Região Sul do Brasil, abandonada pelo poder central da República. "Uma conquista definitiva, um divisor de águas na história econômica do País" - arremata inteligentemente o autor do editorial.

Em "Monsieur cónsul", o Jornalista Renato Schaitza aborda o significado que teve o sigilo sobre as negociações com a Renault e também o reflexo que a instalação dessa indústria deve trazer para a nossa economia. Mas - adverte o articulista de "O Estado do Paraná" - "a todo benefício correspondem responsabilidades. Providências e incômodos (...) É hora de revitalizar projetos como a integração de planejamento, união de sistemas de transporte coletivo. O abastecimento de água carente." Entre outras, porque "nem só de emprego vive o homem. Será um passo definitivo para a industrialização paranaense."

O editorial do "Jornal do Estado" aborda episódios mais recentes da carreira político do Governador Jaime Lerner, a expectativa em torno da sua administração no Estado e trata a instalação da Renault em São José dos Pinhais como "o primeiro divisor de águas na administração de Lerner". Tratando a decisão dos franceses como uma "colossal vitória política do Governador" em relação a outras unidades da Federação, o JE prevê, ao final: "É a primeira grande tacada do Governador. Pelo seu estilo, é razoável supor que a vinda da Renault antecede a outras iniciativas de igual porte".

REQUERIMENTO N° 504

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserida na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo a matéria "A nadadora que venceu os seus limites", publicada pelo Jornal Folha de Londrina de 18.02.96, contendo perfil da atleta paranaense Dailza Damas.

Que do teor do presente seja dado ciência à jornalista Ruth Bolognese e à atleta Dailza Damas.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

É com grata satisfação que trago para os Anais da Assembleia Legislativa esta excelente matéria sobre a atleta paranaense Dailza Damas. "Se tivesse nascido na Califórnia americana, entre laranjais e proteínas do Primeiro Mundo, bem que a história poderia ser diferente. Mas, Dailza Damas nasceu foi mesmo no Paraná, entre cafezais e terra roxa, na Califórnia ali pertinho de Apucarana. E, bem brasileira, foi a 'raspa do tacho' de um casal de fei-

rantes, que tiveram tempo e ânimo para chegar ao décimo terceiro filho, todos vivos graças a Deus." - é assim que a jornalista Ruth Bolognese, conhecida pelo seu talento, apresenta a nadadora Dailza Damas, no perfil publicado pela Folha de Londrina.

Tratada como "mulher anfíbia", Dailza foi a primeira brasileira a cruzar duas vezes, em 1992 e 1995, o Canal da Mancha, entre França e Inglaterra. Hoje, a atleta acumula diversas outras conquistas notáveis em águas nacionais e estrangeiras. Silenciosa, "continua conquistando o mundo com braçadas".

Que o presente requerimento enseje os nossos sinceros cumprimentos à jornalista Ruth Bolognese, pela propriedade da matéria, e à nadadora Dailza Damas, pela dedicação, persistência e notória força de vontade que a impulsionaram no esporte. E que também sirva como incentivo para seus desafios futuros sejam realizados, elevando o nome do Paraná e do Brasil.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 063/96

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Moysés Godstein Paciornik.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Natural de Curitiba, o Dr. Moysés Godstein Paciornik, nasceu no dia 04 de outubro de 1914, filho de Nathan Paciornik e Rosa Paciornik.

É uma das personalidades médicas mais conceituadas em todo o território nacional, cujos méritos são facilmente comprovados no extenso Curriculum Vitae que em anexo apresentamos.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 064/96

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o "Centro Espírita de Umbanda Reino de Oxalá", com sede e foro no Município de Palmas.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, desenvolve relevantes trabalhos nas áreas assistencial e espiritual, e tem, desde a sua fundação em 1989, promovido o bem-estar social.

O Centro Espírita de Umbanda "Reino de Oxalá", auxilia a população mais carente do Município de Palmas, tanto do ponto de vista espiritual quanto social, a encontrar melhores condições de vida e de trabalho.

Pelos motivos acima expostos, e pelos relevantes serviços que a entidade vem prestando à comunidade daquele município, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 065/96

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, os preservativos masculinos.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por objetivo, isentar do ICMS os preservativos masculinos.

Através da isenção, facilitará a obtenção do produto, principalmente às pessoas de menor poder aquisitivo.

PROJETO DE LEI N° 066/96

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Todos os alunos que ingressarem na rede pública de ensino de 1° e 2° graus, deverão ser submetidos a exames de parasitologia parcial, urina e hemograma.

Art. 2° - Os exames deverão ser realizados até o vigésimo dia do ano letivo, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3° - Os resultados serão comunicados aos pais para que observem o tratamento recomendado na correção dos problemas existentes.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Objetiva-se com tal proposta a realização de exames para detectar possíveis problemas que possam causar dificuldades no aproveitamento escolar.

Alterações de saúde provocam o desinteresse do aluno fazendo com que seu rendimento em sala deixe a desejar.

É importante que a escola tenha essa preocupação pois muitas vezes o aluno sofre, pela falta de condições financeiras e culturais, quando a ignorância dos pais faz com que desconheçam soluções para problemas relativamente simples, tais como: parasitologia e anemia.

Por isso é muito importante a aprovação deste projeto por esta Casa de Leis, pois será de grande contribuição na melhoria do aproveitamento do ensino nas escolas.

PROJETO DE LEI N° 067/96

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo, a construção de unidades habitacionais, através da COHAPAR, em pequenas propriedades rurais, até 50 (cinquenta) alqueires.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta pretende dinamizar a política de habitação no Estado.

Através da construção de casas habitacionais nas propriedades rurais, possibilitará a fixação do homem no campo, bem como sua contribuição sócio-econômica, propiciando o desenvolvimento do nosso Estado.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 068/96

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Artigo 10° da Lei Complementar n° 75, de 11 de janeiro de 1995, passa a ter a seguinte redação:

Art. 10° - As interrupções de contrato de trabalho inferiores a 180 dias serão consideradas como inexistentes, única e exclusivamente para o enquadramento da presente lei, não gerando direito de qualquer outra espécie, inclusive indenizações para outros efeitos."

Art. 2º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar nº 75, de 11.01.95, objetivou incluir no Quadro Próprio do Magistério e no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo os professores contratados por tempo determinado.

A alteração que estamos propondo, ampliando de 90 para 180 dias os períodos de interrupção de contrato de trabalho, visa facilitar o enquadramento dos professores beneficiados pela referida lei. Como as interrupções de contrato ocorriam por decisão do Poder Executivo, em função de limitações que propiciavam solução de continuidade ao pleno funcionamento do Magistério Estadual, corrigidas pela Lei Complementar nº 75/95, nossa proposição busca facilitar os enquadramentos previstos pela mesma lei.

Esperamos poder contar com o necessário apoio dos nobres Deputados à nossa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente comendo a palavra ao ilustre Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz mais uma vez a esta tribuna nesta tarde de segunda-feira, é um fato profundamente triste que aconteceu na Cidade de Ponta Grossa, no dia de ontem, desde o sábado, domingo e culminou esta madrugada com violentas chuvas registradas no final de semana e também na noite de ontem, fortes chuvas que a Cidade de Ponta Grossa ainda não havia visto.

Tivemos um verdadeiro dilúvio na cidade, sendo que mais de trinta bairros da capital do desemprego do Paraná, foram atingidos. Um verdadeiro dilúvio de águas, fazendo com que Ponta Grossa fosse atingida, mais de trinta bairros da cidade foram atingidos.

Estamos realizando uma campanha no nosso programa de rádio através da "Garagem da Esperança", onde desde as seis horas da manhã até esse exato momento prossegue a campanha, onde a cidade inteira está ajudando, estamos arrecadando lá toneladas e mais toneladas de alimentos em conjunto com a comunidade, fizemos programa até o meio dia, das seis ao meio dia ao vivo, e nossa emissora continua nesse momento fazendo a campanha lá em Ponta Grossa para ajudar os companheiros.

Mas, precisamos também da ajuda do Governo do Estado. O Governo Municipal, o

Prefeito Municipal pela manhã também já se deslocou aos bairros iniciando o levantamento para ver exatamente qual o prejuízo causado a Cidade de Ponta Grossa.

E nós queremos nesta tarde em companhia do Deputado Luiz Carlos Zuk, Deputado Plauto Miró Guimarães, Deputado Péricles de Mello nos dirigir até o Governador do Estado, para que o mesmo socorra a Cidade de Ponta Grossa, que o mesmo imediatamente determine uma ajuda para que as casas em Ponta Grossa possam ser reerguidas, várias casas rodaram, pessoas perderam tudo que tinham, e estão em desespero lá em Ponta Grossa.

Nós abrimos também conta nos bancos para ajudar, uma iniciativa própria nossa lá do povo de Ponta Grossa, e precisamos agora do apoio do Governador do Estado para que as pessoas atingidas, aquelas pessoas, principalmente as mais simples que estão colocadas ao lado dos rios, ao lado dos esgotos que passam, possam ser atendidas imediatamente. Tem muitas crianças, e o nosso maior medo na sequência é o problema das doenças, porque as partes atingidas são as partes mais baixas da cidade.

São mais de trinta bairros, duas mil pessoas desabrigadas. Tivemos também um violento acidente na entrada da cidade, devido as fortes chuvas, causando a morte de uma pessoa.

Então, Sr. Presidente, nós queremos nesta tarde reivindicar a esta Casa, que haja empenho, haja acima de tudo companheirismo, porque é um momento difícil que passa a Cidade de Ponta Grossa e nós precisamos ajudá-la imediatamente.

E é para isso que eu comlamo nosso nobre Presidente Luiz Carlos Zuk, para irmos ao Palácio, onde vamos reivindicar ao Governador do Estado uma ajuda imediata para a cidade de Ponta Grossa, porque pela 1ª vez na história desta cidade tivemos um alagamento muito grande e várias pessoas passando muitas dificuldades.

Então, nós precisamos da ajuda do Governador do Estado. O povo fez a sua parte, o município está fazendo a sua parte. Agora, precisamos o apoio, a compreensão e também a solidariedade do Governo do Estado. É para isso Sr. Presidente que nós viemos à Curitiba com essa intenção de irmos até o Palácio Iguazu e liberarmos alguns recursos que podem ser repassados imediatamente para a Cidade de Ponta Grossa onde deverá se ajudar aqueles pessoas em dificuldade, alagadas em dificuldade.

Então era isso Sr. Presidente, eu queria deixar esse registro e ter certeza da compreensão do Governo do Estado nesse momento de dor porque passa a Cidade de Ponta Grossa. Era isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, a Mesa Executiva se associa nessa reivindicação do ilustre Deputado Jocelito Canto, como também iremos nos dirigir ao Coronel Vieira que é o nosso Chefe, ou melhor dizendo o Coordenador da Defesa Civil do Estado do Paraná e tenho certeza que terá o atendimento necessário a nossa Princesa dos Campos.

Com a palavra o ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Prezado Deputado Valdir Rossoni.

Vimos na última 5.^a feira o Governador Jaime Lerner ocupar cadeira de rádio e televisão nesse Estado para anunciar a vinda de uma montadora de automóveis. Uma Companhia Estatal Francesa a Renault, que como os senhores sabem tem controle acionário sendo exercida pelo Governo Francês. 51% das ações da Renault são do Governo Francês. Eu li Deputado Rossoni, no último final de semana e relia o famoso Clássico e quero crer, todos os Governantes o matém em sua cabeça que é o Príncipe Maquiavel. E a minha surpresa foi que quando ao ler Maquiavel, eu verifiquei que o Governador Jaime Lerner deve estar lendo Maquiavel às avessas, porque Deputado Tavares, o Governador fez ao contrário o que recomenda Maquiavel. Maquiavel diz "o mal você deve fazê-lo todos de uma vez e o bem você vai fazendo em prestações."

Muito bem o que é que aconteceu; nós vimos o inverso acontecer no Estado do Paraná. O Governador anunciou o bem todo de uma vez, a vinda da Renault, e agora as prestações nós estamos vendo o Governador anunciar o mal. E o mal está aonde Deputado Milton Puppio. Está justamente nos noticiários, nos cadernos econômicos dos principais jornais desse País, aonde se verifica que o Estado do Paraná não conseguiu apenas atrair uma montadora como a Renault, mais do que isso Deputado Toti Colaço, nobre Líder do PMDB, mais do que isso o Estado do Paraná está se tornando sócio da empresa estatal Renault, é sócio em condições que são altamente preocupantes, porque é claro que todos nós desejamos a geração de empregos, a criação de novas oportunidades.

E Deputado Argelo Vanhoni, é lúdico falar na Indústria Automobilística, é símbolo da tecnologia, do 3.^o Milênio, é símbolo do que há de mais adiantado nesse País. Mas perguntas quero crer estão sendo formuladas por toda a sociedade paranaense. Quem é que vai pagar esta conta, Deputado Beto Richa? A Renault entra com 400 milhões de Dólares, o Governo do Paraná entra com 300 milhões de Dólares e as ou-

tras parcerias com a Renault com outros 50 milhões de Dólares, o investimento total de 750 milhões, sendo que, 600 milhões investidos na construção da fábrica e 150 milhões da redistribuidora por todo o Brasil. Muito bem, o Paraná, este parceiro da Renault, parceiro este que vai entrar com 40% de capital, não estamos falando aqui do subsídio, da infra-estrutura que está sendo criada, do ramal ferroviário, da construção de uma subestação da COPEL, do fornecimento de água, da ampliação do cais do Porto de Paranaguá. Sem falar, é claro, dos investimentos de infra-estrutura que vão ser realizadas naquela região.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero dizer a Vossa Excelência, e aos Srs. Deputados, que é altamente preocupante ver o Governo anunciar a instalação desta fábrica, justamente numa área que é de proteção de mananciais, uma área de preservação. Eu me pergunto. Foi realizado um estudo do impacto ambiental da fábrica a ser localizada exatamente ali naquele ponto estratégico? Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma área de terras, sabem os Senhores, ela é vital para a construção de uma fábrica. Quantos dos Senhores Deputados, principalmente os que têm base no interior do Estado, sabem que os nossos Prefeitos do interior hoje, não podem comprar um terreno e doar ele a uma fábrica ou a qualquer estabelecimento para serem instalados nos seus municípios. A Lei nº 8.666, editada no ano de 1993, uma Lei Federal, essa lei diz que veta, proíbe a doação de patrimônio público, seja através de recursos, de dinheiro ou de bens instalações para que a iniciativa privada possa desenvolver as suas produções.

Por isso, Senhor Presidente, Srs. Deputados, todos nós paranaenses estamos alegres, felizes com o investimento que a Renault faz no Paraná. Qual é a conta, Deputado Zuk, que o Paraná vai pagar? O ano passado o Sr. Fayet quando era presidente do Banco, veio aqui nesta tribuna dizer: "O Paraná não tem dinheiro para bancar o programa Panela Cheia, porque o FDE não tem dinheiro." "Aí eu vejo, Sr. Presidente, o Secretário do Planejamento, o Sr. Cássio Taniguchi, dizer que o FDE tem 1 bilhão e 300 milhões de reais, os Senhores todos ouviram e leram no último final de semana. Ora, é mentira. Nós sabemos que é uma deslavada mentira que o FDE tem 1 bilhão e 300 milhões de reais. Se ele está falando de crédito podre do BADEP, ele está sonhando. Chega de vender sonho e ilusão para a população paranaense, e nós aqui nesta Casa, Senhores Deputados, independente da nossa postura política e partidária, nós temos que saber quais são as condições que o Paraná está dando para que essa empresa se torne a sua sócia. "O Paraná não

tem dinheiro", diz o Governador do Estado, para a construção da Usina de Salto Caxias, se não for com uma parceria com o setor privado. E aí, quer o Governo do Paraná dizer o seguinte: "Vamos fazer um pool de empresas para colocar os 300 milhões de dólares".

Aí, eu me pergunto: Qual é a empresa paranaense que tem capital para bancar este investimento? Li no jornal que tem um sócio da Renault no Brasil, um representante chamado CAO, este grupo diz que terá 20% da fábrica. Ora, eu me pergunto. Vai colocar dinheiro? Não, não vai colocar dinheiro, disse isso na Gazeta Mercantil. Diz que é um direito que ele tem como representante da Renault do Brasil.

Fico me perguntando, de onde é que vem este dinheiro? De capitais paranaenses? Aí o Secretário da Fazenda, o Senhor Miguel Salomão, que é o dono do cofre, é o tesoureiro do Estado diz o seguinte: "Olha, o FDE não tem dinheiro, mas vai entrar dinheiro este ano e nós podemos ir embarcando o investimento." Isso é problema do Governador, que deve homogenizar a linguagem, dos seus secretários. Mas, diz ele, que vai colocar dinheiro do Tesouro do Estado, para trazer a Empresa Renault.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu de fato estou me perguntando e gostaria que a nobre Bancada que dá sustentação ao Governador Jaime Lerner nesta Casa - não se opusesse, a dois pedidos de informação que estou fazendo. Pedidos extremamente bem educados, bem formulados, que vão esclarecer aqui a esta Casa, todas as condições da vinda da Renault para o Paraná, e também uma cópia, Senhores Deputados, Senhor Presidente, uma cópia do protocolo de intenções - ou sei lá, o equivalente - do instrumento que formalizou o acordo do Governo do Paraná, com a Renault. Porque, o que está em jogo aqui, é o recurso público, é o dinheiro sagrado do povo paranaense.

Corrido o aparte, com grande prazer, ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Ilustre Deputado Romanelli. Ouço com atenção, e ao mesmo tempo, com dificuldade de interpretar o seu discurso. Porque, depois de uma vitória dessas que o Paraná teve; e quem teve foi o povo do Paraná. Vejo em seu discurso, que não se chega em uma conclusão. E eu, ouvi outro dia, um discurso do Deputado Alborghetti que poderia ser colocado agora, como resposta do seu pronunciamento. Não sei se a V.Exa., está preocupado, de que forma que foi conduzido as negociações, com a Renault. E pode ter a certeza absoluta, as negociações foram feitas de uma forma que vai de encontro com o inte-

resse do povo do Paraná. Ou V.Exa., está com o discurso aqui de "Quarta-feira de Cinzas". De quem, não aceitava a vitória do Governador Jaime Lerner, que foi extremamente competente nas negociações, nesse assunto.

Ora, Deputado Romanelli, V.Exa. vem aqui, agora, se preocupar em falar do impacto ambiental do terreno. Ora se isso fosse a coisa mais importante para esta situação. Será que é melhor nós termos, 20.000 trabalhadores paranaenses tendo salário, ou nós estudarmos o impacto ambiental. Não quero dizer a V.Exa. de que não tenha que ser feito este estudo. E deverá ser feito agora, quando V.Exa. vem se preocupar com estas questões, deixa-me realmente, preocupado. Porque a autofagia é uma coisa muito triste. Quero dizer a V.Exa., que o seu discurso não está sendo convincente, porque é algo que não tem como atacar, é uma vitória do povo do Paraná, é uma vitória do Governo Jaime Lerner, é uma vitória nossa. Porque este governo é competente. Este governo demonstrou aos outros Estados, ou talvez V.Exa., queria estar aqui como está o Estado do Rio Grande e Santa Catarina, se lamentando pelo que perdeu. Enquanto nós que somos os vitoriosos, o povo do Paraná, estamos vendo um Deputado aqui, com um discurso dessa forma que lamentavelmente, eu não posso concordar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, agradeço o aparte do Deputado Valdir Rossoni. Ele contribui muito com a minha argumentação. Vibir Deputado, eu vibrei ontem, com a vitória do André Ribeiro ilustre paranaense na Formula Indi.

Vibro quando o meu Atlético faz uma temporada como está fazendo. Agora, quando se trata de dinheiro público, eu fui eleito como cada um dos senhores foi para vir aqui, nesta Casa, e zelar pela boa aplicação desses recursos, fiscalizar o nosso dinheiro, o dinheiro do contribuinte paranaense seja bem aplicado. Porque não agüento mais, Deputado Valdir Rossoni, ver os prefeitos paranaenses, porque tive o privilégio talvez até de ficar na entrada aqui deste Poder, prefeitos de todos os partidos que vão chorar, clamar por recursos porque não têm dinheiro sequer para fazer as mínimas obras necessárias nos seus municípios.

Por isso temos que seguir a lei. Há uma lei ambiental que tem que ser seguida! O valor da compra desse terreno que se anuncia é altamente preocupante. Um terreno naquela área não vale mais do que 30 mil reais o alqueire, todos que são da região sabem disso. O que estão anunciando:

que ao invés de se pagar um dólar, um dólar e vinte o metro quadrado, vai se pagar quatro e oitenta, cinco reais pelo metro quadrado naquela área. Ora, cinco reais é o terreno mais valorizado que temos na CIC. Esse governo tem sim de dar explicações a esta Casa, porque esta é a Casa do Povo. Fomos eleitos não para vir, aqui, e dizer: Sim senhor, Governador. Paranaense sim, mas, fundamentalmente, temos que defender os interesses do nosso povo.

Merece aplauso o Governador? Merece. Foi lá, lutou, trouxe. Mas nós devemos ter esclarecida todas as condições. Porque se nós vamos entrar com 300 milhões de capital - privado ou público - se não der o dinheiro privado, mais duzentos milhões de subsídios das mais diversas formas, investimentos pesados em infra-estrutura, tarifa subsidiada da energia elétrica. Enquanto ao mesmo tempo a conta que se apresenta ao contribuinte paranaense é altíssima e está doendo no lombo das famílias mais pobres deste Estado.

O governo deve, sim, Deputado Zuk, explicar muito bem explicadinho as negociação que fez com a Renault. Nós temos o direito e o dever de cobrar isso. Porque as coisas boas que o Governador faz devem ser aplaudidas. Mas ao mesmo tempo não podemos perder a nossa capacidade de fiscalizar este Governo. Por isso estou encaminhando esses dois pedidos de informação a esta Casa. Os senhores terão acesso à íntegra desses documentos e saberão que, aqui sim, com esse pedido de informação nós teremos absoluta transparência. E, ao contrário do Maquiavel às avessas, nós aqui saberemos o mal, todo ele, de uma vez só.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente cumprimentar o Deputado Romanelli pelos Requerimentos que apresenta, porque, sem sombra de dúvida, para nós que nesta Casa ouvimos da boca do Presidente do BANESTADO - na ocasião - que o Programa Panela Cheia estava sendo desativado por falta de recursos do Tesouro e do FDE para bancá-lo, um Programa que atendeu a mais de 50 mil produtores rurais do Estado do Paraná, ao lado do Programa Bom Emprego Rural, para nós, realmente, saltou como um grande espanto e estranheza o fato dos jornais neste final de semana estar assegurando que o FDE dispõe de recursos superiores a 1 bilhão de reais.

Quer dizer, quem não tinha na ocasião, 50 milhões para bancar o Panela Cheia e o Bom Emprego, seria bom que nós realmente

conhecessemos o milagre de num espaço de menos de seis meses ter no Tesouro e no caixa mais de um bilhão de Reais.

Portanto, Deputado Romanelli, tem o nosso apoio o seu requerimento, porque todos nós gostaríamos, tenho certeza, de conhecer a real situação do FDE, e principalmente a real condição pelas quais a Renault está vindo ao Paraná realmente uma conquista importante do nosso Estado e eu até não vejo isto como importante do ponto de vista da geração de empregos porque até acredito que a maioria das pessoas que irão trabalhar na Renault acabarão vindo de outros Estado, de outros países, dado que lá nós temos hoje uma sobra até de pessoas ligadas ao setor automobilístico em termos de mão-de-obra e o Paraná evidentemente que não tem ainda esta mão-de-obra qualificada suficientemente, para de imediato assumir esses postos de serviço, mas do ponto de vista da produção industrial, do ponto de vista da geração de ICMS, da geração de IPI, quem sabe com esta empresa nós possamos ultrapassar o Rio Grande do Sul em termos de produção econômica, em termos de PIB, em termos de renda per capita, quem sabe possamos ocupar o lugar de destaque em termos de geração de riqueza no sul do Brasil, hoje em posição ocupada pelo Rio Grande.

Mas o que me traz a Assembléia hoje, Senhores Deputados, é para na condição de Presidente do Bloco Agropecuario, tendo meu companheiro Miltinho como nosso Vice-Presidente, manifestar o nosso contentamento por aquilo que irá acontecer amanhã no Estado do Paraná. Amanhã as 11 horas o Ministro da Agricultura, José Eduardo, virá ao Paraná e nas dependências do edifício Castelo Branco estará fazendo o lançamento do Plano de Zoneamento Agrícola para plantio de trigo.

Eu pessoalmente - e está aí o Deputado Augustinho Zucchi, engenheiro agrônomo - sempre deferi que os governos deveriam estabelecer normas e regras mais definitivas, mais claras, com referência ao plantio de algumas lavouras e principalmente na liberação de crédito para plantio de algumas lavouras ou para exploração de algum tipo de pecuária, porque todos nós sabemos que na hora de pegar o dinheiro muitas vezes fácil de se obter o financiamento, difícil depois de pagar, muitos fatores levam a inadimplência de um produtor, dentre elas a frustração de safra, que muitas vezes decorre de você estar plantando determinado produto numa região, onde não é a região mais recomendada.

Por esta razão ser necessário nesta hora, cumprimentar o Ministro da Agricultura, que como paranaense, como pessoa aqui do nosso Estado, procurou neste período de um ano e três meses, como Minis-

tro da Agricultura, levar adiante esta idéia, e virá aqui ao Estado do Paraná, amanhã, para fazer o lançamento dessa proposta, desse plano de zoneamento agrícola no plantio do trigo, programas que realmente interessam ao Estado do Paraná, como interessa o programa, Deputado Multinho, da revitalização da cafeicultura que o Secretário Hermas Brandão vem lutando, batalhando imansavelmente.

Por isso - e este sim, Deputado Romanelli - será um grande gerador de empregos em nosso Estado e aí sim, nós teremos mão-de-obra qualificada, porque a história do desenvolvimento do Paraná, se fez através da mão-de-obra dos colonos na cafeicultura e o plano do Secretário Hermas Brandão, - Deputado Multinho Puppio o acompanhou inclusive, neste último final de semana - o plano prevê dentro dos próximos anos a abertura de pelo menos cem mil empregos diretos na exploração uma nova cafeicultura no Estado do Paraná.

Isto sim merece nosso registro, porque este programa, se implantado efetivamente, fará gerar emprego para os paranaenses, mesmo aqueles que estão trabalhando hoje no Espírito Santo e Minas Gerais, na cafeicultura. Tenho certeza que refeitas as lavouras, renovadas as lavouras, reimplantada a cafeicultura no nosso Estado, eles para cá voltarão, porque deixaram o nosso Estado, não para atuar no setor industrial, mas para continuarem trabalhando como laboristas, como trabalhadores da cafeicultura.

E apenas mais um registro, Senhor Presidente: a questão do algodão. Nós estamos em plena colheita do algodão, estamos enfrentando um problema muito sério, o Deputado Federal Alexandre Ceranto, inclusive, colocou com muita propriedade neste final de semana, suas preocupações e nós já tivemos a oportunidade de, em fevereiro, estar com o Ministro José Eduardo em Brasília, e colocarmos a ele toda a nossa preocupação. Ele já, através da imprensa, manifestou-se, mas nós estamos enfrentando um problema muito sério, que são as indústrias de fiação e tecelagem, lideradas evidentemente pelas Federações Industriais e o apoio do Ministério da Indústria e Comércio, da Doutora Dorotéia Verneck.

Nós estamos enfrentando uma guerra que é totalmente desfavorável aos produtores de algodão do nosso Estado e do País, que é a importação de algodão de Países onde o plantio de algodão é altamente subsidiado. O algodão está chegando ao Brasil por um preço menor do que o algodão colhido aqui e com vantagens astronômicas em termos de financiamento, com prazo de um ano, dois anos, juros praticamente inexistentes no financiamento destas importações.

O Ministro José Eduardo nos telefonou

a semana passada dizendo que está tomando providências, está gerenciando junto ao Ministério da Fazenda, junto ao Ministério da Indústria e Comércio. Teria uma reunião com o Presidente da República, porque só no Paraná, já deixamos de plantar esse ano, mais de quinhentos mil hectares de algodão, porque nós tínhamos ao redor de novecentos mil hectares e não estamos atingindo quatrocentos mil hectares de área plantada.

Então, é uma tristeza, porque ao lado do café, ao lado de outras lavouras, é o algodão aquele que fornece o maior volume de mão-de-obra, ao redor de uma e meia, duas pessoas por alqueire de algodão plantado.

Então só nisso aí estamos perdendo mais de trezentos mil postos de emprego no Estado do Paraná. Então nós temos que defender a cotonicultura porque esta guerra é desfavorável ao Paraná, não porque os nossos produtores não têm competência para produzir, é que nesses outros Países a cotonicultura é altamente subsidiada e vem isso interferir violentamente aqui no Paraná e no Brasil.

Basta que vejamos o que aconteceu com o trigo. Os produtores exigiam preço de garantia em torno de 160 reais a tonelada - se os números estiverem incorretos, o Zucchi que corrija - alguma coisa ao redor de 160 reais a tonelada. Hoje nós estamos importando o trigo, e o Governo não quis dar aquele preço de garantia, não se plantou o trigo, porque era deficitário, hoje estamos importando o trigo a qualquer coisa ao redor de 270, 280 dólares a tonelada.

Então mataram a triguicultura no nosso Estado, agora estão matando a cotonicultura, daqui alguns dias vai ser, sei lá o quê.

Deputado Silvestre, com a permissão do Presidente, para algumas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedemos o aparte usando parte do Horário do PSDB, já que foi tomado todo o tempo do Pequeno Expediente, pelo ilustre orador Orlando Pessuti.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Pessuti, quero me somar ao seu pronunciamento e tive a oportunidade de assistir no domingo passado ou retrasado, não lembro exatamente, o Globo Rural, que tratava sobre esta questão dos plantadores de algodão.

E realmente aquilo nos chocou profundamente até porque nós somos Deputados que representamos uma Região de um município cuja base é a agricultura - como Vossa Excelência sabe - não só o Município de Guaparuva, mas todos os Municípios da Região Centro-Oeste do Paraná, e até porque temos

como nossa atividade particular a agropecuária.

E isso realmente nos chocou, vendo pessoas que têm amor pelo campo, que têm amor pela terra, deixando a terra, indo para as cidades, trabalhando em atividades contrárias a sua vocação, porque não conseguem mais plantar, aliás, sabem plantar, sabem produzir, mas na hora de vender têm prejuízo.

Isso aconteceu com o trigo - como Vossa Excelência falou - e lembro que fizemos um alerta aqui na Assembleia, inclusive falamos com o próprio Ministro da Agricultura e fomos questionados na época. Se dizia: "porque nós vamos plantar trigo, com o custo de 140, 160 dólares a tonelada se podemos importar trigo a 80 dólares?"

Mas logicamente que se importa a 80 dólares, quanto há uma sobra muito grande no mercado internacional.

Foi o primeiro ano que o Brasil praticamente não plantou trigo e o trigo pulou de 80 dólares para 270 e chegando até 300 dólares a tonelada. E faço este aparte pelo seguinte, Deputado Pessuti, estou extremamente preocupado com relação a esta safra. Nós tivemos na safra passada, um problema com o milho também, não sei se o Senhor lembra, quando nós tivemos a maior safra da história brasileira, com a maior produtividade e os agricultores não conseguiram pagar os seus financiamentos no banco.

Importamos milho na safra passada, em plena safra, a três dólares, três dólares e meio o saco, importando da Argentina.

E esse ano logicamente houve uma redução na área de plantio, houve uma recuperação dos preços a nível internacional, não somente com o milho, mas também da soja e de todas as associações que vieram dos Estados Unidos, e de repente nós sentimos que o agricultor começa a ter uma perspectiva de recuperação de sua atividade, onde ele terá um preço melhor, principalmente com o milho e soja. E já há notícias de que o Governo brasileiro fará uma grande importação de milho, mais uma vez puxando o tapete do agricultor brasileiro.

Isso é inaceitável. Acho que nós temos que nos anteciparmos fazendo aqui inclusive, um abaixo-assinado, através do Bloco Agropecuario desta Casa, para que isso não ocorra, porque se isso ocorrer realmente vai ser a última facada pelas costas que os agricultores brasileiros vão poder suportar. Será o desestímulo total ao setor produtivo, setor da agropecuária. Então nós temos que já nos anteciparmos com relação ao milho

O SR. ORLANDO PESSUTI - Encerro Senhor Presidente, agradecendo ao aparte valioso do Deputado Cezar Silvestri. Sei

que outros Parlamentares poderiam também se manifestar a esse respeito.

Mas digo apenas, um caso do produtor lá do novo Município de Arapuã, seu José Sanches, conhecido como Zé Galo. Ele me mostrou esses dias só os custos variáveis do algodão. Para pagar os custos variáveis da lavoura de algodão, ele precisará colher 350 arrobas de algodão por alqueire.

Como ele é um produtor grande de algodão, usa bastante tecnologia, ele deverá colher aí qualquer coisa ao redor de 400, 400 (quatrocentas e vinte e quatrocentas e cinquenta) arrobas que é uma boa produção. Mas vejam vocês, praticamente 85 a 90% do que ele vai colher, ele gastará apenas com custo de produção. E evidentemente a margem de lucro da sua propriedade fica reduzida a quase nada.

Portanto, esses registros que fazemos - e peço aos Senhores Deputados que se mantenham atentos. Vamos depois conversar com o Deputado Miltinho, Deputado Zuk, os demais integrantes do Bloco Agropecuario, para que possamos aí elaborar um documento e levar ao conhecimento das autoridades federais o drama que vive hoje, não só os plantadores de algodão, mas todos os agricultores do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o ilustre Deputado Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna relatar o episódio que aconteceu na sexta-feira próxima passada, quando nós tivemos uma movimentação de aproximadamente 3000 agricultores que ocuparam o mirante que dá acesso às obras da Usina de Salto Caxias, em Capitão Leônidas Marques, próximo também do Município de Boa Vista Aparecida.

E nós ocupamos a tribuna para revelar aos senhores que o movimento produzido pela Organização dos Agricultores atingidos pela barragem, foram para casa, todas as lideranças e os agricultores extremamente satisfeitos com uma vitória alcançada naquele dia.

Porque o processo de desapropriação das áreas atingidas pelas águas da Barragem Salto Caxias começou quando surgiu a primeira movimentação dos atingidos, e nessas primeiras reuniões estavam lá presentes o então Deputado Ernani Pudell, nosso companheiro do Partido dos Trabalhadores; o Deputado Ovídio Constantino, bem como o Deputado Nereu Moura.

Desta vez fomos convidados, eu e o Deputado Nereu Moura, para participar de todo o processo das lutas travadas por aqueles agricultores. Começou-se então a discutir com a COPEL, com o IAPAR e com a Promotoria Especial do Meio Ambiente, uma

metodologia, um processo de como nós poderíamos tirar os agricultores atingidos pela barragem, sem que houvesse abuso no preço das terras e sem que houvesse prejuízo também do ponto de vista ambiental para esta população.

Inicialmente, a COPEL comprou algumas propriedades que foram questionadas pela imprensa, pela política da região, porque o processo não estava muito claro. Era unilateral a COPEL comprando de alguns proprietários, depois de uma série de pressões aonde os agricultores ocuparam inclusive, por duas vezes as instalações da usina. Foi definido que os agricultores e a Associação de Vereadores e Prefeitos, juntamente com este Deputado, Deputado Nereu Moura, com o representante do Instituto Ambiental do Paraná e da Promotoria Especial do Meio Ambiente, da FETAEP, e outros órgãos ligados as lutas rurais. Participaram de cada passo que seria dado para aquisição de terras para o reassentamento dessas famílias.

Definiram que a COPEL iria assentar as famílias com a metodologia que possibilitasse aos agricultores ou a comunidade de agricultores, pelo menos, escolher a primeira e a segunda opção da terra onde eles iriam. E isso foi possível.

Estabeleceu-se também um preço máximo, que foi 7 mil e trezentos reais, o alqueire. Estabeleceu-se um item de pontuação, pela proximidade da propriedade, a sede, ao distrito, a cidade. Se ali tinha água em abundância, e para que houvesse assentamento, porque os assentamentos comportariam famílias que ocupariam em torno de 10 alqueires, 8 a 10 alqueires de terras, e deveriam ter água em abundância reserva florestal. Tudo conforme manda a melhor proposta de reassentamento de populações, sobre todos os aspectos ambientais, estruturais, para as famílias começarem a produzir, para as famílias poderem se deslocar com tranquilidade.

Após isso, houve um processo todo de negociação, é claro que houve problemas, houve interferências de pessoas que queriam vender determinadas terras, houve denúncia de que pessoas estavam levando uma porcentagem a mais, para realizar determinados negócios.

Mas isso Sr. Presidente, faz parte de um processo transparente, aonde os interesses começam a interferir.

Após a visita aos agricultores, as lideranças de cada local, as fazendas que estavam à venda, haviam se pré-cadastrado, aí houve uma pré-seleção, uma visita "in loco" por engenheiros agrícolas, engenheiros agrônomos, sociólogos, houve a visita "in loco" de cada propriedade, das pessoas que seriam reassentadas. Foi finalmente definido quais as áreas que o Governo de-

veria desapropriar. E há mais de um mês estava na mesa do Governador, os decretos para desapropriação.

E nesta sexta-feira, já cansado de esperar a desapropriação e com a perspectiva de ter problemas muito mais sérios e ainda a emergência de que os agricultores têm, de efetuar a safra de inverno ou pelo menos, arrendar as propriedades que eles vão ser assentados para os atuais proprietários e de lá tirar algum benefício de capital que pode ser revertido para a comunidade futuramente, será relocada a comunidade a comunidade toda. Porque vale a pena dizer que a comunidade toda seria deslocada. Quer dizer não perde o vínculo religioso, o vínculo de vizinhança, o vínculo relativo a escola, e o comércio local.

Após tudo isso ainda havia interferência querendo atrapalhar o processo, mas diante da pressão dos agricultores, da angústia que eles estavam, foram lá e ocuparam.

Nós sempre mantivemos um perfeito contato e sintonia com o Presidente da Assembleia, informando a ele como andava todos os procedimentos, com relação a Salto Caxias. Da mesma forma a Comissão de Terras desta Assembleia através do Deputado Nereu Moura, estava a par de todos os processos que estavam acontecendo ali e nós conseguimos naquela tarde, num contato com o então Deputado Ernani Pudell que se fazia presente, receber uma posição do Governo do Estado, diante da angústia que estavam vivendo e diante da pressão que os agricultores estavam fazendo lá na usina.

Por volta das cinco horas da tarde, o Governador ligou para a Usina de Salto Caxias, juntamente com o Deputado Anibal Khury e passou a informação que o decreto havia sido assinado. E os agricultores, então, festejaram mais esta vitória da pressão popular, organizada e ordeira.

Então, os agricultores de Salto Caxias querem de alguma forma, e por este Deputado manifestar os agradecimentos à Mesa Executiva da Assembleia. Aos deputados que participaram de todo o processo e que avaliaram o processo democrático e transparente de reassentamento.

E pasmem, Srs. Deputados! Esse processo, que servirá inclusive como proposta, será um ensaio proposto a vários outros processos de assentamento em várias usinas do Brasil e quem sabe no mundo, porque foi uma proposta clara, transparente, e democrática que todos os órgãos participaram e avaliaram. Está de parabéns a Mesa Executiva da Assembleia, o Deputado Anibal Khury. E também neste momento nós queremos mostrar que os agricultores estão agradecidos pelo empenho de todas as autoridades paranaenses em reconhecer os seus direitos legítimos com o reassentamento adequado e

de acordo como manda as normas de deslocamento de populações, constado no relatório de impacto ambiental da Usina de Salto Caxias.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No final do ano passado, recebi documentação do Instituto de Previdência do Estado, dando alguns esclarecimentos, que solicitamos.

Na época o IPE tinha 16.700 pensionistas, com uma despesa mensal de onze milhões, oitocentos e noventa, e um, duzentos e trinta e dois reais. Nos podemos dizer que até um mil reais, por mês, existiam 13.832 pensionistas. Esses 13.832 pensionistas, significavam uma despesa para IPE de 82,8% do seu total. E o que é estranho, é que somente três pensionistas recebem 0,4 do montante. Um só pensionista chega a receber dezesseis mil, setecentos e quarenta e seis reais. Ou seja, aquele discurso que é feito pelo Governo Federal - o discurso da reforma administrativa - de que é necessário fazê-la para diminuir o déficit público, ou até mesmo para que ninguém perceba mais de que o Presidente da República é uma falácia. Porque se notarmos o montante do pagamento efetuado, não chega a doze milhões de reais para os pensionistas do IPE. E somente, bem poucos deles, percebem mais do que recebe o Presidente da República.

E aí demonstra outra falácia do discurso do Sr. Presidente: que esses que percebem acima do seu salário, mesmo com qualquer reforma administrativa, não terão os seus salários ou as suas pensões rebaixasadas. Não terão perdas salariais, uma vez que já têm o direito adquirido. E mais uma vez mostra a falácia, porque se o Governo, se o Presidente da República, quiser aplicar o que ele diz na sua reforma administrativa, ele poderá fazê-lo com a atual Constituição de hoje.

Agora, um dado sério e mais grave: é que durante o mês de janeiro a fevereiro de 1995 - o Estado do Paraná não repassou nenhum real ao IPE, e todos os meses, não fez o repasse de acordo com o que manda a disposição legal do nosso Estado, que é o de repassar 2% do montante da folha de pagamento.

No ano de 1995, até setembro, que nós não temos os dados de outubro, novembro, dezembro, até setembro deveria o IPE ter recebido vinte e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil e setenta reais, e no entanto, recebeu somente, onze milhões duzentos e doze mil e cento e qua-

renta e nove reais, ou seja, cerca da metade do que teria que receber.

Por isso que hoje o IPE não atende as necessidades do Servidor Público, o IPE é hoje uma falácia, não tem razão da sua existência, uma vez que os funcionários públicos que quiserem ser atendidos com maior dignidade, ou faz pelo SUS ou ele faz pagando por fora, pagando particular, uma vez que o IPE não tem dado atendimento médico necessário. O que o IPE necessita hoje é de uma democratização da sua administração.

A Constituição Federal já coloca que na gestão do Sistema Único de Saúde, deve ter caráter democrático, e a Lei 8842 define a Constituição de Conselhos, para que possa ser democratizadas as gestões. E isso é necessário para o IPE no atendimento à saúde. Se temos na área de saúde pública o Conselho Estadual de Saúde, porque não fazer o Conselho da Administração do IPE, para que democraticamente os funcionários passem a discutir pensões e distribuição da pequena arrecadação que têm para atender as necessidades do Servidor Público.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Não havendo Oradores inscritos e havendo declinado o Deputado Edno Guimarães, passamos ao horário das Lideranças. PDT.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem) - Queria registrar a presença do chefe da CIRETRAN de Campo Mourão, o Gentio Costa, e o futuro candidato a Prefeito do Município Farol.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa Executiva se associa ao registro do ilustre Deputado.

PFL, PTB, Liderança do Governo.

Encerrado o Horário das Lideranças. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 161/96, subscrito pelo Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, encaminhando relação dos representantes do PDT, junto às Comissões Permanentes desta Casa de Leis. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente.

diente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído ao Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Equiparada a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR à Órgão Oficial de Pesquisa. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.A.I.C.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., com PARECERES FAVORÁVEIS da C.E.C.E. e C.A.I.C..

Em discussão o Substitutivo Geral da C.C.J..

Para encaminhar, o Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O atual projeto de lei que equipara a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, a Órgão oficial de pesquisa, estivemos analisando, tanto o projeto, como o substitutivo na qual mantém praticamente a mesma coisa, a mesma redação e o mesmo conteúdo. Chegamos a ter algumas preocupações. Este Parlamento, há 4 anos mais ou menos, discute o artigo 205 da Constituição do nosso Estado.

Tal artigo estabelece a criação do Fundo de Investimento na área de Ciência e Tecnologia para Pesquisa.

Temos vários órgãos estatais, como a TECPAR, o IAPAR, o Laboratório da Secretaria do Estado e da Saúde; todos que atuam na área de pesquisa e têm os seus recursos limitados.

Ao equiparar a OCEPAR, Órgão que tem melhores condições do que aqueles, que eu citei economicamente, mais forte, economicamente possível de fazer todas as pesquisas que desejarem; uma vez que suas pesquisas serão colhidas por eles mesmos como frutos, uma vez que registrarão como sempre de autoria deles.

Ao equiparar, este Órgão que é um Órgão de cooperativas, cooperativas que funcionam em caráter capitalista, que tem a OCEPAR com o mesmo caráter, que tem fonte que tem dinheiro, ao equipará-lo, aos Órgãos públicos, permitiremos, que ela busque verbas públicas deste fundo, que já será limitado que está um parto difícil de ser concluído nesta Casa ou até no Governo

do Estado que não remete para cá. Entendemos que isso traz prejuízos ao erário público uma vez que verbas que poderiam ser investidas em pesquisas por Órgãos próprios poderão ser treinados para o setor privado.

Nesse sentido, a Bancada do PT encaminha contrário à aprovação deste substitutivo com esse tipo de preocupação. Assim votaremos contrário.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pessoalmente entendemos as razões e as preocupações do Deputado Rosinha. Entendemos, não vejo que este deva ser o caminho a ser adotado por este Parlamento. É evidente que em se tratando da organização das cooperativas do Paraná, pessoalmente tenho a certeza que a maioria dos Srs. Deputados entendem que o serviço que vem prestando ao nosso Estado o cooperativismo, é um serviço de mais alta importância, de mais alta qualidade, porque hoje se formos fazer, por exemplo, um levantamento em termos de arrecadação de tributos em cima de produtos de origem pecuária, vamos observar que as cooperativas de modo geral, têm funcionado com muito mais eficácia na arrecadação de tributos e que a própria Secretaria sem sombra de dúvida, use o maior volume de tributos que se arrecada em cima da produção agropecuária. É fruto da responsabilidade, da gestão séria, competente que desenvolve as nossas entidades cooperativistas.

O objetivo desta nossa lei, que já é uma reivindicação de quase 2 anos nesta Casa - já que foi, inclusive, proposta do Governador Mário Pereira quando à frente do Palácio Iguaçu - estamos buscando dar a esta entidade, condições para que ela possa, quando necessário e dentro daquilo que ficou estabelecido pela emenda substitutiva do Deputado Edgar Bueno, ser considerada como uma entidade de pesquisa oficial e desta forma poder trazer a todos, e não apenas aos seus cooperados, os resultados positivos ou mesmo até negativos das pesquisas que desenvolvem com muita qualidade e muita eficiência. Não vejo porque tenhamos que nos preocupar se os recursos da ciência e tecnologia, os recursos constitucionais que estamos há diversos anos aqui, na Assembleia, tentando votar para que 2% da arrecadação vá para a ciência e tecnologia, que também esses recursos possam ser destinados - se for o caso, à OCEPAR, como entidades de pesquisa privada em alguns momentos considerada como entidade oficial de pesquisa. Porque os resultados - seja ela entidade privada ou oficial irão para a mesma finalidade que é a comunidade paranaense.

Por esta razão solicito aos Deputados

que aprovem esta emenda substitutiva do Deputado Edgar Bueno ao nosso projeto de lei. Emenda essa, fruto de negociações. Ela não atende na plenitude o nosso desejo, o nosso anseio, mas vem de encontro a uma reivindicação em favor da ciência e da tecnologia, em favor da pesquisa em nosso Estado.

Pego, portanto, que votem favoravelmente à emenda.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Para Encaminhar)

Apenas faço uso da palavra, neste momento, para reiterar e me somar ao Deputado Pessuti com relação à defesa que fez para a votação do substitutivo apresentado por ocasião deste projeto. E também entendendo, Deputado Rosinha, a sua preocupação. Mas acho que pelo fato de o projeto ter recebido esta emenda que condiciona, em verdade, o Governo do Estado a celebrar um convênio junto à OCEPAR, nos dá a garantia de que a pesquisa já desenvolvida pela organização das cooperativas do Estado do Paraná, pode continuar servindo milhares de agricultores do nosso Estado.

Gostaria de dizer que, se vierem verbas públicas para que as cooperativas possam intensificar sua pesquisa, para que sejam desenvolvidas novas tecnologias, acho que vem a colaborar na verdade para o desenvolvimento do setor agropecuário do nosso Estado, porque todas as pesquisas, Dr. Rosinha, que a OCEPAR desenvolveu até hoje, no bojo das suas cooperativas em nenhum momento ficou patenteado. Elas foram imediatamente colocadas à disposição da classe produtora do Estado do Paraná. E acho que estamos apenas legalizando aquilo que a OCEPAR já vem fazendo há muito tempo que é um investimento sério na área de pesquisa, com desenvolvimento, inclusive, de cultivos, que foram fundamentais em algumas culturas para aumento de produtividade e para o benefício do nosso agricultor.

Razão pela qual gostaria de pedir aos Srs. Deputados que desta forma como está colocado, principalmente como está colocado o substitutivo não há por que, absolutamente nós conhecendo a estrutura da OCEPAR, não aprovarmos esse projeto de lei que estabelece à OCEPAR a possibilidade de conjuntamente com os mecanismos e organismos do Estado trabalhar no desenvolvimento da pesquisa e aprimorar o seu sistema tecnológico que vem desenvolvendo com muita competência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o Substitutivo Geral.

Aprovado, com voto contrário da Bama-da do PT.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/95, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná à Dupla Sertaneza Zezé Di Camargo e Luciano, pelos relevantes serviços prestados que vêm prestando à Música Brasileira, tanto em nosso País, como no exterior. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Apreçar neste Turno o Substitutivo Geral Aprovado em 2ª DISCUSSÃO. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/95, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que autoriza o Poder Executivo a Doar aos Municípios e Entidades Assistenciais, os veículos Marca Volkswagen, Tipo Kombi, ano 1993. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.B.T.C.. Aprovado. (Publ. no DA nº 36, de 19.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 117/95

PARECER:

O Projeto de Lei, ora sob análise, de autoria do nobre Deputado Cleiton Kielse, visa autorizar o poder Executivo, a doar aos Municípios e Entidades Assistenciais, os 250 (duzentos e cinquenta) veículos marca Volkswagen, tipo Kombi, ano 1993, cedidos por empréstimo.

Por tratar-se de mera autorização legislativa, inexistindo óbices legais e constitucionais que possam impedir sua tramitação por esta Casa de Leis, além da relevância da autorização que trará benefícios aos municípios e entidades beneficiados, temos a manifestar nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 117/95

PARECER:

O presente Projeto de Lei nº 117/95, visa autorizar o Poder Executivo a doar aos municípios e entidades assistenciais 250 (duzentos e cinquenta) veículos marca Volkswagen tipo Kombi, ano 1993, cedidos por empréstimos.

A douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o aspecto constitucional e legal, posicionou-se favorável a aprovação da referida matéria.

Esta Comissão, no que lhe cabe opinar, nada encontrou que obste a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.05.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 117/95

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 117/95, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar aos municípios e entidades assistenciais 250 (duzentos e cinquenta) veículos tipo Kombi, da marca Volkswagen ano 1993, cedidos em comodato pelo Governo do Estado, considerando as dificuldades por que passarão aquelas instituições, quando do término do prazo, com a conseqüente devolução das referidas viaturas.

Desnecessário dizer da importância social do projeto em análise, ainda mais se considerar-se que essas entidades, mesmo enfrentando toda sorte de dificuldades, vêm suprir as dificuldades daqueles cidadãos menos abastados e que têm direito, por justiça, de serem assistidos pelo Estado.

A Assistência Social é um direito constitucional, a doação definitiva do referidos veículos assegurará a continuidade dessa ação assistencial.

A luz dessas considerações, e por não encontrar óbices legais e, ainda, por considerar de relevantes benefícios à sociedade paranaense, este relator vem manifestar Parecer Favorável da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, opinando pela sua aprovação.

Este é o parecer.

Sala das Sessões, em 15.06.95.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 171/95, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo a instituir, junto às empresas comissionárias de linhas intermunicipais a gratuidade de passagem, para pessoas carentes, no âmbito do Estado do Paraná, quando em tratamento de saúde. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.S.P. (Publ. no D.A. n° 52, de 17.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 171/95

P A R E C E R:

O plano de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Toti Colaço, autoriza o Poder Executivo a instituir junto às empresas comissionárias de linhas intermunicipais, a gratuidade de passagem, para pessoas carentes, no âmbito do Estado do Paraná, quando em tratamento de saúde.

A concessão de linhas de transporte coletivo intermunicipais é competência do Governo Estadual e as exigências a serem cumpridas estão dispostas no Decreto 5246/74, com alterações impostas pelo Decreto n° 4254/94.

Analisando a matéria, constatamos que a mesma não está dotada do caráter da imperatividade e não possui sanção, ou seja, não obriga e, conseqüentemente, não produz conseqüências para o descumprimento do respectivo preceito.

Não pode ser vista, dessa forma, como norma jurídica ou lei propriamente dita, porque, do ponto de vista do ordenamento jurídico, a transformação da sobredita proposição em lei é inócua.

Sob os aspectos constitucionais, legais e da técnica legislativa, nada encontramos que possa obstar a tramitação do plano de lei em exame, porque autorizatório.

Entretanto, o projeto de lei serve para apontar ao Governo do Estado uma deficiência constatada pela população e que foi deixada de lado pelo plano de trabalho do Poder Executivo Estadual, motivo pelo qual enseja amplo debate de mérito.

Em razão do exposto, emitimos parecer favorável à tramitação do projeto de Lei n° 171/95.

Sala das Comissões, em 06.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 171/95

P A R E C E R:

Visa o presente projeto, cuja autoria é do Deputado Toti Colaço, instituir, no âmbito estadual, a gratuidade de passagens intermunicipais para pessoas carentes em tratamento de saúde.

Tendo em vista que o Projeto é imbuído de relevante valor social, merece nosso Parecer Favorável, uma vez preenchidas as exigências legais contidas no Decreto 5246/74, com as alterações impostas pelo Decreto n° 4254/94.

Sala das Comissões, em 21.06.95.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente
MILTINHO PUPPIO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE
PROJETO DE LEI N° 171/95

P A R E C E R:

Tem o presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Toti Colaço, a intenção em âmbito estadual, de propiciar a gratuidade nas passagens intermunicipais para as pessoas carentes que se encontram em tratamento de saúde.

No entender deste relator, e no que tange aos aspectos atinentes a esta Comis-

são de Saúde, nada observamos no sentido obstrutivo ao trâmite normal do projeto em pauta.

Nosso parecer é favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04.07.95.

(a) LUIZ ACCORSI

Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente, solicitando a retirada da ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 171/95.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 521/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Brasil Paraná de Cristo. **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 169, de 29.11.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 521/95

P A R E C E R:

O plano de Lei em epígrafe, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Brasil Paraná de Cristo. Analisando a matéria quanto a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, exaramos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 521/95.

Sala das Comissões, em 12.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

EMERSON NERONE

Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento nº 368 de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 370 a 380, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 381 e 382, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 383 e 404, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 386, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 388 e 405, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 389, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 390 e 391, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 392, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 393 e 394, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 396, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 397, 398 e 400, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 399 e 505, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 406, 407 e 507-A, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 409, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 500, de autoria do Senhor Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 501 e 503, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 502 e 504, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento nº 507, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 385, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Encerrada a Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Requeiro a V.Exa. chamada nominal.

há quórum para votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Chamada nominal requerida pelo ilustre líder do PMDB, será procedida pelo Deputado Luiz Carlos Martins, nosso 1º Secretário.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - (Procede à chamada nominal).

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 117 e 521/95.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 18 DE MARÇO DE 1996.

"Vitória de Lerner, vitória do Brasil"

Indústria e Comércio.

Vitória de Lerner, vitória do Brasil

Ao consumir-se o anúncio da vinda da Renault, ontem, em Paris, o protagonista mais importante desse ato, o seu verdadeiro *metteur-en-scène*, governador Jaime Lerner, via concretizar-se nova etapa de um trabalho que ele iniciou no começo da década de 70, quando - contra todos os prognósticos - ousou criar a Cidade Industrial de Curitiba.

A chegada da Renault, com investimentos iniciais de um bilhão de dólares, constitui, pois, em primeiro lugar, vitória do governador, um homem habituado a transformar idéias e conceitos de modernidade em obras. Uma vitória pessoal, para a qual contribuíram diversos fatores, boa parte deles montados ao longo de 25 anos em que o urbanista de Curitiba foi

preparando a cidade para compatibilizar desenvolvimento econômico com qualidade de vida, o chamado desenvolvimento sustentável. A tal ponto esse quadro passou a identificar a cidade com Lerner, que ele a transformou na Capital Ecológica, modelar no oferecimento de qualidade de vida a seus habitantes, assunto de que se ocupou, nos últimos dias, até a internacionalmente acatada revista *Scientific American*.

O testemunho das empresas estrangeiras que por primeiro aceitaram o convite para implantar-se na CIC foi importante para a vitória ontem anunciada, pois elas, e seus executivos, indicaram aos dirigentes da Renault todo um rol de qualificações que tornam Curitiba e o Paraná diferenciados em contexto nacional.

O longo processo de atração da montadora, que será responsável pela geração de 20 mil empregos diretos e indiretos, começou em outubro do ano passado. Um trabalho em que, em primeiro lugar, envolveu-se o governador Jaime Lerner, um cidadão do mundo e, de certa forma, o nosso melhor contemporâ-

neo do futuro. A fluência do idioma francês, que o identifica, o fato de ter estudado em Paris, o amplo currículo técnico e sua habilidade política, sua liderança ampla no País - estes também foram fatores favoráveis à consumação que agora o Brasil festeja.

Avinda da Renault se, por um lado, é uma vitória de Lerner, assessorado por homens como o secretário Cássio Taniguchi, significa, também, vitória para a Região Sul do Brasil. Esta, nos últimos anos mais ou menos abandonada pelo poder central da República, ganha com a nova realidade: o grande eixo industrial identificado por Rio, São Paulo e Minas amplia-se para cá. Santa Catarina e Rio Grande do Sul são nossos parceiros nesses momentos de celebração. A vinda da Renault é, assim, um dos passos mais concretos para a presença do Sul no Mercosul. Uma conquista definitiva, um divisor de águas na história econômica do País, com reflexos mediatos e imediatos no *faciens* social do Brasil, a partir de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. Este município, indicou o governador desde o começo, seria, por razões geográficas,

o local ideal para o grande empreendimento paranaense.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 18 DE MARÇO DE 1996.

"Monsieur Cónsul"

O Estado do Paraná.

RENATO SCHAITZA

"Monsieur cónsul"

Havia uma cançoneta francesa de bastante sucesso que em parte da letra se referia a "monsieur cónsul a Curitiba." Entusiasmo da garotada da década de 50. Cantarolava sem entender, supunha que o mundo se dobrava à notoriedade curitibana.

Logo todos se calaram. Alguém traduziu e descobriu-se que uma representação diplomática em Curitiba era cargo de cónsul num fim de mundo.

Ou como dizia o irreverente Fernando Pessoa Ferreira, "... ritiba," em tupi-guarani, significa "do mundo"...

■ ■ ■

Os jornais devem estar triunfantes com a notícia, agora definitiva, da instalação da montadora francesa Renault no Paraná. Melhor que nos mandem indústrias que cónsules. Vale à pena somar nesse coro contente e também enfiar a colher na cumbuca de pudim.

Houve um lado bonito no comportamento da imprensa neste episódio da Renault. A partir de determinado momento todo mundo já sabia. Houve apelo para que não se comentasse, até um anúncio oficial. O Paraná pediu sigilo para que o futuro parceiro desse sinal verde. Funcionou, coisa rara. Até porque se temia "barriga", como se chama notícia equivocada em jornalistas.

Anunciar que a Renault seria no Paraná e o fato não se concretizar. O risco de "barriga" ficou para Jaime Lerner, atrevimento avantajado. Somando Aníbal Curi e Rafael Greca teríamos uma "barriga" fantástica.

Então vamos todos na euforia da boa notícia e começar o bate-papo sobre o Paraná produzindo carros franceses.

■ ■ ■

Em Buenos Aires, 90% dos táxis são da marca Renault.

Tem uma montadora em Córdoba. Como a frota particular é miscelânea de marcas, podia se supor padronização. Um motorista desmentiu a hipótese. São livres para escolher a marca que queiram. A preferência se deve ao baixo custo de manutenção e conforto. Surgiu um sintoma de passionalismo portenho quando comentei que antes o serviço tinha predominância dos Ford Falcon.

Traduzindo com liberdade. Argentina ficou com rejeição ativa contra tudo que é inglês por causa da guerra das Malvinas.

Não se importam carros britânicos. Esse repúdio se estende a produtos norte-americanos porque os EUA apoiaram a Inglaterra no conflito.

Sobrou o mercado para os franceses que investiram numa economia duvidosa. Coisa gauchescamente correta. Se o exemplo valer para cá, o paranaense vai estar rodando uma frota de Renault no terceiro milênio. A menos que militares eventualmente no poder declarem guerra contra a França.

■ ■ ■

Escreve-se hoje sem maiores detalhes. Pedra fundamental em 29 de março, aniversário de Curitiba. Nem chegaram, já somam nos confetes do prefeito. Quais serão os modelos produzidos? Torço que além de outros tragam o Twingo. É o que se pode chamar de "carro de bolso". Minúsculo por fora, conforto por dentro. O mais evoluído carro urbano do momento. Concepção que é sucesso na Europa como segundo carro, ou carro da mulher e dos estudantes. Os dois bancos dianteiros recuam até o porta-malas, permitindo qualquer posição de namoro.

■ ■ ■

A todo benefício correspondem responsabilidades. Providências e incômodos. Uma estrutura industrial de porte exige cautelas para não infernizar a vida da região metropolitana, a partir de São José dos Pinhais. É hora de revitalizar projetos como a integração de planejamento (via Comec), união dos sistemas de transporte coletivo. O abastecimento de água carente.

Estrutura viária da região leste de Curitiba e central de São José dos Pinhais. Providências com essa vergonha que se mostra na entrada de Curitiba, as favelas do Rio Belém, paletó sujo da capital ecológica, nossa "rive gauche". Assuntos para serem pensados e resolvidos enquanto se dá a implantação industrial. Lembrando, com cautela, que nem só de emprego vive o homem. Será um passo definitivo para a industrialização paranaense a ser dado com sabedoria.

É um impacto previsível para a Região Metropolitana de Curitiba. Vamos lubrificar os amortecedores.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 18 DE MARÇO DE 1996.

"A instalação da Renault no Paraná"

Jornal do Estado
Folha do Paraná

A instalação da Renault no Paraná

Ao assumir seu terceiro mandato à frente da Prefeitura de Curitiba, em janeiro de 89, Jaime Lerner teve um primeiro ano de gestão que seus opositores classificaram de "morno".

As grandes realizações políticas, administrativas e urbanísticas, que projetaram o nome de Lerner ao reconhecimento nacional e internacional, deslancharam na segunda metade do mandato.

O então prefeito credenciou-se para disputar o governo do Estado, em 94, e vencer um adversário - o ex-governador Álvaro Dias - tido por muitos analistas como imbatível, dada sua popularidade junto ao eleitorado em todo o território paranaense.

Iniciado o governo, Lerner enfrentou as dificuldades naturais, inerentes a uma equipe que tinha pela frente, então, uma obra política e administrativa de envergadura que abrangia todo o Estado.

A confirmação da instalação da Renault em São José dos Pinhais, pode vir a ser o primeiro divisor de águas na administração de Lerner.

A vinda da montadora francesa configura uma colossal vitória política do governador. Enquanto o governo de Minas fazia grande alarde em suas gestões junto aos franceses, Lerner trabalhou em silêncio e foi vitorioso. É a primeira grande tacada do governador. Pelo seu estilo, é razoável supor que a vinda da Renault antecede outras iniciativas de igual porte.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 18 DE MARÇO DE 1996.

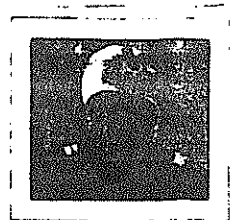
"A Nadadora que venceu os seus limites"

Folha de Londrina.

A nadadora que venceu os seus limites

Se tivesse nascido na Califórnia americana, entre laranjais e proteínas do Primeiro Mundo, bem que a história poderia ser diferente. Mas Dailza Damas nasceu foi mesmo no Paraná, entre cafezais e terra

roxa, na Califórnia ali pertinho de Apucarana. E, bem brasileira, foi a "raspa de tacho" de um casal de feirantes, que tiveram tempo e ânimo para chegar ao décimo terceiro filho, todos vivos graças a Deus.



Mulher anfíbia

Ruth Bolognese

Sucursal de Curitiba

*“Na primeira vez
que vi o mar, aqui
no nosso litoral,
chorei, chorei muito.
Aquela imensidão
de água me
assustou. Tinha 13
anos”*

Dailza conheceu o mar na adolescência e se assustou tanto com a quantidade de água que só ficou na areia, sem coragem de entrar. Por um sinal meio torto do destino, transformou-se, já adulta, na primeira brasileira a cruzar duas vezes, em 1992 e 1995, o Canal da Mancha, percurso de 32 quilômetros entre a França e a Inglaterra. Só cinco brasileiros (dois homens e três mulheres) repetiram esse feito na história da natação brasileira. Renata Gondi, que seria a sexta, morreu de hipotermia, ao tentar a travessia em 1988.

**“Quando
enfrentei, enfim, a
minha primeira
travessia, em
Guaratuba, descobri
que o mar, as ondas,
as braçadas, a longa**

**distância, tudo fazia
parte de mim.
Estava em casa”**

Hoje, aos 38 anos, Dailza Damas já acumula tantas façanhas nas águas de tantos mares, lagos e rios, que é preciso um catálogo com cinco páginas para conter seus feitos. Sempre silenciosa e solitária, conquistando o mundo com braçadas.

A moça que veio do Norte paranaense aprendeu cedo que as distâncias entre sua cidade natal e a norte-americana Califórnia podem ser idênticas quando se trata de classe social, mesmo no bairro Jardim Adriane, em Apucarana, onde se criou. “Aos sete anos eu brincava perto do Clube 28 de Janeiro. E no Natal, de vestido novo, subi numa árvore para ver melhor. O galho quebrou e cai ao lado da piscina. Levei bronca do guardião, porque ele tinha medo que eu contaminasse a água. Na minha cabeça de criança prometi: ‘Quando crescer, vou nadar nessa piscina’.

MULHER SERENA

É uma mulher serena, cabelos pretos e olhos azuis, calma e num sorriso fácil, meio guardião. Tem o rosto sereno, o sorriso não lembra, em nenhum momento, uma nadadora de longa distância e distâncias. Dailza Damas nunca nadou no clube de Apucarana e só muito mais tarde, aos 20 anos, casada, mãe de Mário, de quatro anos, já morando em Curitiba, entrou numa piscina pela primeira vez, na Academia All Sport, no Jarumã.

Era dona-de-casa e, por recomendação médica, colocou seu filho, com bronquite, para nadar. Aproveitou o tempo em que ficava esperando o término da aula e foi nadar também. “A primeira sensação que tive é que a água fazia parte de mim. Eu estava, finalmente, em casa”, conta ela. Na primeira semana, se diferenciou tanto dos outros alunos da academia que surpreendeu os professores. “Meu aprendizado foi muito rápido mas em um ano tive que parar por falta de dinheiro.”

Com a natação, Dailza descobriu que, por razões que só a natureza pode explicar, possuía um corpo com grande resistência física. Sem nunca ter praticado esporte na vida, treinou durante um ano e numa prova de corrida rústica, em Curitiba, ficou entre os três primeiros lugares. Aos 30 anos, ganhou uma bolsa da All Sport e voltou a nadar, para nunca mais parar.

“No Marrocos, me confundiram com o Romário. Dei até autógrafo”

**“Eu era medrosa,
chorona, insegura.
A natação me
ensinou a respeitar a
natureza, conhecer
meu corpo, a ter
mais paciência”**

Ganhou várias competições, dentro e fora da escola, mas a grande revelação, para ela própria em primeiro lugar, veio quando decidiu participar da Primeira Travessia de Guaratuba (Morro do Cristo-Caieiras), de 2,5 quilômetros. “Foi dada a largada e eu fiquei na praia. Estava apavorada. Entrei por último na água e quando faltava uns 20 minutos para chegar levantei a cabeça e um pescador me disse: ‘Se apresse moça, que você está ganhando’. Fiquei em segundo lugar e descobri minha vocação.”

Sem dinheiro Dailza passou, então, a participar de travessias por todo o País. Levantava às 4 horas da manhã, fazia todo o serviço

da casa, comida, inclusive, e saía para treinar. O dinheiro para as viagens e estadias, conseguia com amigos. Não tinha treinador, mas recebia

A morte da nadadora

Renata Gondi, em 1988, tentando a travessia do Canal da Mancha, levou Dailza a estabelecer como projeto de vida realizar esse feito. "Eu não sabia, na verdade, nem onde ficava direito o Canal. Só tinha a informação da morte da Renata e que era um desafio para nadadores de todo o mundo. Resolvi apostar em mim." E aí começou a verdadeira trajetória de Dailza Damas. Ela participou de todas as travessias previstas pelo Brasil afora, de Salvador a Florianópolis, treinando com tanta intensidade que, em dois anos, só faltava um desafio para cumprir as exigências da Associação dos Nadadores do Canal da Mancha: uma prova em água fria.

"Eu estava com todas as informações, com preparo físico excelente e me faltava isso. E aí surgiu a travessia do Lago de Zurich, na Suíça. Consegui dinheiro para as passagens com a venda de 500 camisetas que o então prefeito Jaime Lerner me deu. E a estadia os amigos completaram", relembra.

Quando chegou à Suíça, sozinha, sem treinador, sem falar inglês e se viu ao lado de nadadoras de todo o mundo, com aqueles corpos espetacularmente musculosos, perdeu a coragem. "Me senti muito pequena, sem preparo, sem nada. Aí decidi: vou cumprir o meu limite." A temperatura do lago era de 16 graus centígrados, contra os 23 graus das águas do Atlântico. Dailza chegou em quarto lugar e carimbou o 'passaporte' para o Canal da Mancha.

Dona-de-casa no Canal A partir de fevereiro de 1992, Dailza começou a treinar das 6 horas até o meio-dia, primeiro na piscina, depois musculação, bicicleta e corrida. Conseguiu ajuda de um professor de musculação, Rui Fortunato, que se tornaria seu técnico. E não obteve nenhuma colaboração no Paraná, nem oficial, nem de empresas privadas.

"Comprei um caderno e escrevi 'Caixa-Mancha' e todo o dinheiro que eu conseguia com venda de camisetas, ajudas espontâneas, ia colocando ali. Pouco antes da travessia, um aluno da academia me levou para São Paulo, onde a empresa Procomp, do

ramo de automação bancária, decidiu me patrocinar. Eram necessários US\$ 14 mil e o presidente da empresa, Fernando Leme, me disse: 'Estamos ajudando uma dona-de-casa a realizar seu sonho. Vá até onde seus limites lhe permitirem'."

Para realizar a travessia no Canal da Mancha, os atletas têm que ficar um mês na Inglaterra, esperando as condições climáticas ideais, no período que vai do final de junho à primeira semana de outubro. Quem dá o sinal verde são os pilotos dos barcos credenciados pela Associação dos Nadadores.

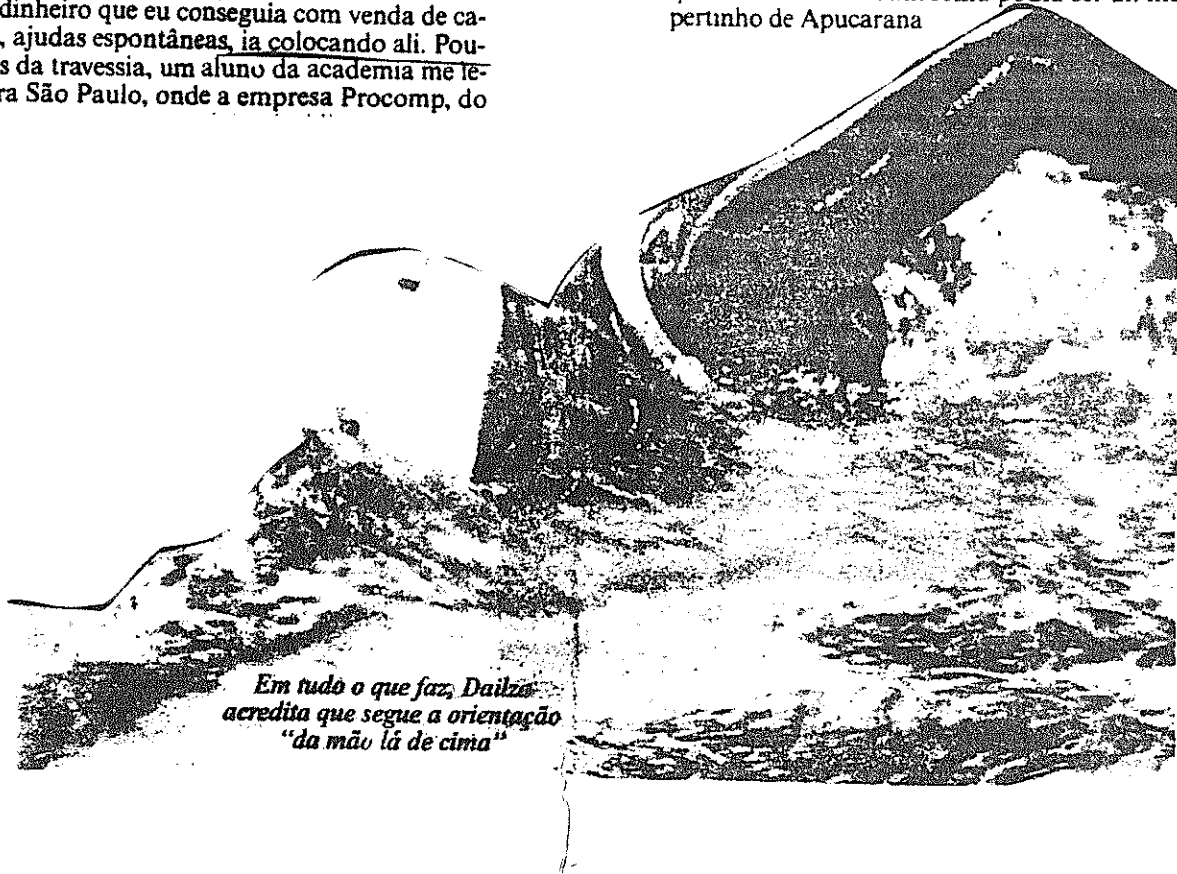
No dia 9 de setembro, às 11 horas, Dailza recebeu autorização para nadar. Mas, com oito horas na água e mais da metade da travessia concluída, teve

uma dor na virilha e foi obrigada a desistir. Dez dias depois, às 3h09, ela saiu da Praia de Shakespeare, na Inglaterra, com previsão de mar calmo e ondas tranquilas.

Em apenas duas horas, o tempo começou a mudar. Vento forte com neblina dificultavam até o manejo do barco que acompanhava a nadadora. Durante 19 horas e 16 minutos, Dailza nadou em direção à França e, ao chegar na Praia de Caude, havia percorrido 59 quilômetros, batendo o recorde até o final da temporada em tempo e distância. Quando colocou os pés nas areias da praia, ainda sem saber do recorde, a dona-de-casa Dailza, que conheceu o mar aos 13 anos e aprendeu a nadar com 28, mostrou

que a verdadeira Califórnia podia ser ali mesmo, pertinho de Apucarana

“Procurei ajuda do governo e de empresas no Paraná. Todos duvidaram que uma dona-de-casa iria atravessar o Canal da Mancha. Me senti humilhada”

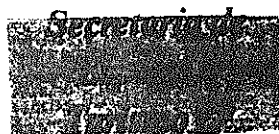


Em tudo o que faz, Dailza acredita que segue a orientação "da mão lá de cima"

O mar e seus mistérios Quando contornou a Ilha de Fernando de Noronha, percorrendo uma distância de 30 quilômetros, Dailza Damas ficou quase 10 horas sob o sol da linha do Equador. "Saí da água e estava completamente negra. Tinha a impressão que a pele do meu corpo ia sair inteira", recorda ela. O sol é apenas um dos desafios com que se depara uma nadadora de travessias. No Atol das Rocas, em 94, Dailza nadou próximo aos tubarões e em vários locais foi seguida por golfinhos.

"A gente se integra ao mar. E faz parte dele, de forma quase definitiva. Então, seus habitantes naturais não interferem em nada. Eles sentem isso." O maior perigo, no entanto, segundo Dailza, está na própria cabeça de quem se dispõe a vencer os desafios. Em 1994, foi pela segunda vez tentar a travessia do Canal da Mancha. Um dia antes da partida, seu treinador e amigo, Rui Fortunato, morreu num acidente de carro em Curitiba.

“Eu ofereci um projeto para o governo do Estado para contar minha experiência em todas as escolas do Paraná. Há um ano e meio o projeto está na gaveta da



Mas a gente me acostumou a nadar, mas eu não ouvi ninguém. Na terceira tentativa no Canal, com sete horas na água, comecei a sentir frio. Eu tinha na cabeça a imagem do meu amigo morto e no corpo todo a sensação gelada que experimentei quando havia tocado a mão dele na despedida. Desisti da travessia e subi no barco. Estava chorando.”

Para a mulher, outros problemas podem surgir numa competição. A menstruação, por exemplo. Dailza diz que já nadou horas e horas menstruada. "Não se pode usar nenhum tipo de absorvente, mesmo porque vai se passar horas no mar. Então, eu nado sem nada, e não há perda de líquido. Mas, quando chego ao final, jorra tudo. O pessoal de apoio já sabe disso e então me esperam sempre com um roupão."

Nas longas jornadas, Dailza usa maiô de lycra, óculos e touca. E se alimenta, durante 20 segundos, no máximo, boiando em pé, de hora em hora, com um líquido hidratante. Pode comer banana, que o pessoal de apoio joga, descascada.

Para resolver o problema do sol, Dailza conseguiu com o Boticário um filtro solar com duração de mais de 10 horas, desenvolvido especialmente para ela. Durante um ano o Boticário foi patrocinador de suas façanhas, junto com a Inepar, a Editora Abril e a Acquacenter.

Hoje, Dailza vive com os recursos obtidos através de palestras que realiza em empresas, de todos os ramos, interessadas em que ela transmita aos seus funcionários a experiência de quem venceu um grande obstáculo através da determinação. Mora num apartamento simples, próximo ao centro de Curitiba, com o filho Marlo, de 18 anos. O casamento acabou, "não por causa da minha opção pela natação, mas porque já estava ruim mesmo".

“Nenhum atleta pode confundir medo com respeito. Deve saber a hora de parar, mesmo que falte um segundo para alcançar seu objetivo”

Para o futuro, ela pretende atravessar de novo o Canal da Mancha, daqui a dois anos, quando completar 40. E, mais para o futuro ainda, quer se transformar na mulher mais velha a realizar tal desafio, título hoje que pertence a uma inglesa, que atravessou o canal com 46 anos. Pretende também realizar um sonho místico: atravessar o Mar da Galiléia, na verdade um lago de água doce com 24 quilômetros de extensão. "Tudo o que aconteceu comigo tem a mão de Deus. E, um dia, quero ir para a Galiléia, onde afinal as coisas aconteceram." Quer ter uma creche, cuidar de crianças e, até ficar bem velhinha, continuar nadando, nadando, nadando...

“Os mares são muito diferentes.

Um é escuro, outro é claro e azul. Cada um tem seu mistério e sua beleza”

500 KM PELOS MARES

